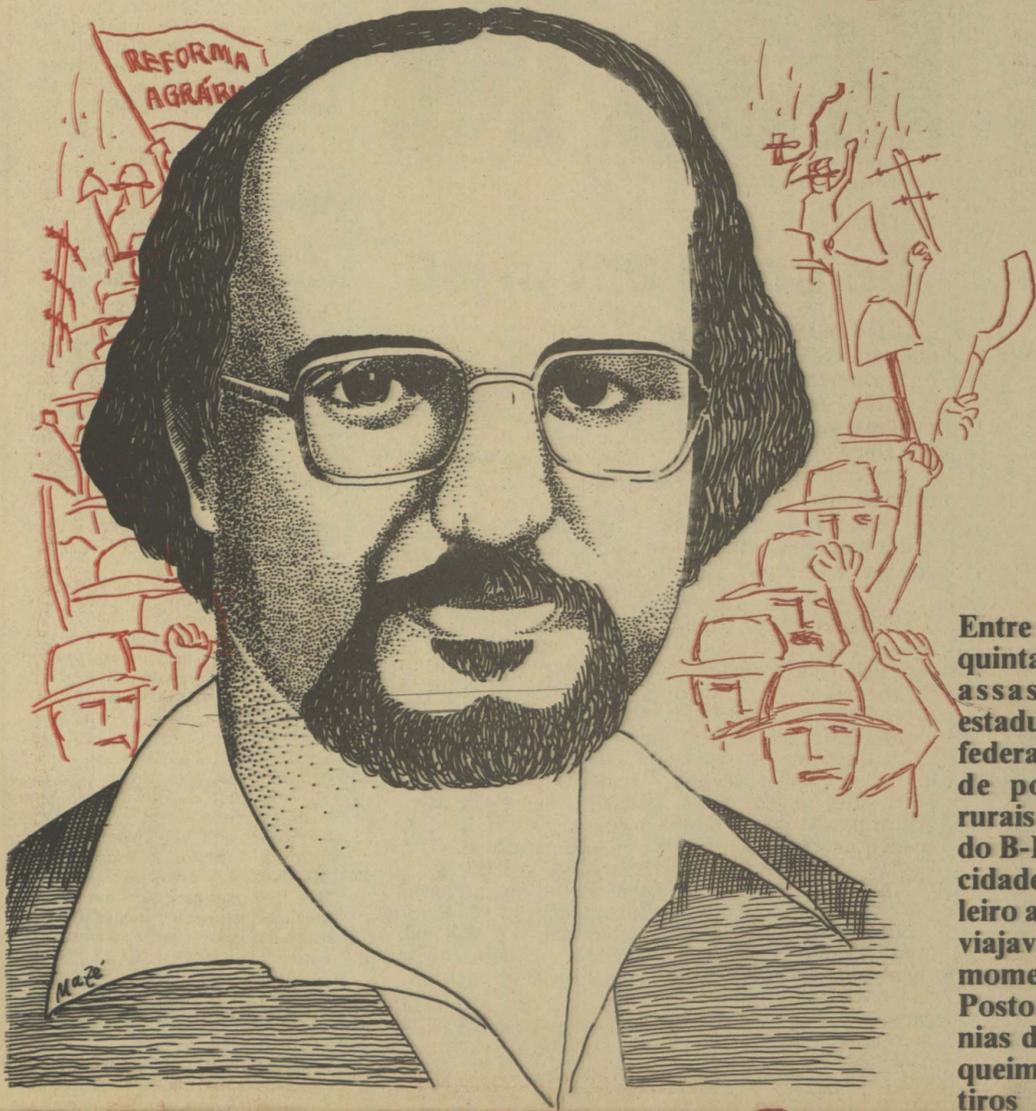


ASSASSINATO DE PAULO FONTELES

LATIFÚNDIO MATA ADVOGADO DOS POSSEIROS



Entre 10 e 11 horas da última quinta-feira, dia 11 de junho, foi assassinado o ex-deputado estadual e suplente de deputado federal Paulo Fonteles, advogado de posseiros e trabalhadores rurais do Pará, e dirigente do PC do B-PA, quando se dirigia para a cidade de Capanema. Um pistoleiro acercou-se do veículo em que viajava com mais duas pessoas no momento em que abasteciam no Posto Marechal, ainda nas cercanias da capital, Belém, e atirou à queima-roupa, disparando cinco tiros na cabeça do advogado.

Defensor intransigente dos que lutam pela terra, há muito tempo ele já vinha sendo ameaçado por grandes latifundiários da região. Existem fortes suspeitas de que o mandante do crime seja o dirigente da UDR do Pará, Jairo Andrade.

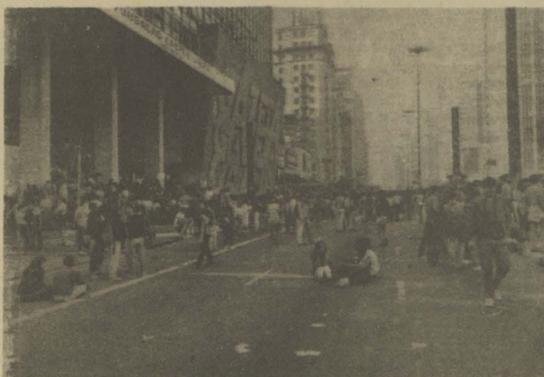
O crime repercutiu profundamente na Assembléia Constituinte, exatamente um dia antes dos debates finais em torno do relatório sobre a reforma agrária. Manifestaram-se os líderes do PMDB, PSB, PDT, PT, PC do B e dezenas de constituintes, pág.5

Começa em julho a campanha por diretas em 88

O senador Afonso Camargo, do PMDB, juntamente com representantes do PT, PC do B, PCB e PDT marcam o primeiro comício por eleições presidenciais. P.3

Termina a 1ª fase da luta por Carta mais progressista

A tentativa de se conter o rolo compressor da direita nos relatórios das comissões temáticas. P.3



Secundaristas de S.Paulo lutam contra os aumentos

Irrompeu, na semana passada em São Paulo, vigorosa luta dos secundaristas contra os aumentos descabidos de grandes escolas particulares, especialmente do Colégio Objetivo, um dos maiores do Estado. A mensalidade de maio que estava em Cz\$ 1.660,00 passou no mês de junho para Cz\$ 2.800, existindo a possibilidade anunciada de que vá para 5 mil já em agosto. Contra este descalabro, os estudantes se revoltaram e por três dias seguidos interromperam o trânsito numa das principais

avenidas da cidade, a Paulista, que fica bem em frente à sede do Objetivo. Outras unidades do complexo escolar em Santo Amaro se mobilizaram, sendo, neste último caso, violentamente reprimidos pela polícia que usou de gás lacrimogêneo, cães e cacetetes deixando feridos vários jovens. Nas últimas manifestações mais de cinco mil secundaristas se mobilizaram ao protesto exigindo intervenção do Conselho Estadual de Educação e o rebaixamento das mensalidades.



A recessão chegou graças à política do governo Sarney

A economia brasileira já entrou em uma fase recessiva, caracterizada pela queda violenta das vendas e da produção em diferentes setores, quebra- deira generalizada das empresas e demissões em massa. A política econômica do governo é a principal causa da crise. Desde o Cruzado 2 sucessivas medidas vêm sendo tomadas no sentido de diminuir o nível de consumo da população para aumentar o excedente de bens e mercadorias destinadas à exportação. Em poucas palavras, ao contrário da retórica oficial, os governantes procuraram ajustar a economia aos interesses dos bancos cre-

dores estrangeiros. Uma vez mais busca-se pagar a dívida com o desemprego e a fome do povo. Dificilmente o agravamento da recessão será evitado. O gigantismo do déficit público inviabiliza os investimentos do Estado.

As multinacionais suspendem investimentos e aumentam o envio de recursos ao exterior. As demais empresas recusam-se a investir, ame- drontadas pela crise e sufocadas pelas altas taxas de juros. A inflação bate recorde sobre recorde. E os salários reais declinam. Leia mais informações em nossa página 4.

EDITORIAL

Jogo Perigoso

No caso da Constituinte resolver convocar eleições em 1988, o presidente Sarney pretende fabricar uma crise política de conseqüências imprevisíveis. A grande imprensa tem dado conta de uma manobra visando obter do Supremo Tribunal Federal um pronunciamento favorável ao mandato de seis anos, com base na atual Constituição.

É um verdadeiro escândalo recorrer ao Judiciário contra as decisões da Constituinte, uma vez que o próprio STF é evidentemente subordinado à Constituinte. Existe inclusive proposta de extinção do STF circulando na Constituinte.

Este comportamento reflete o desatino do grupo palaciano e tem indistigível caráter golpista. Pretende criar um conflito de legalidade entre o STF e a Constituinte, atentando contra a soberania da Constituinte. A esperança certamente é de que, na confusão criada, os generais que hoje avalisam o governo Sarney entrem em cena para ditarem a palavra final. Por isto é que o presidente declarou, há pouco tempo, que a discussão sobre o assunto estava encerrada.

Além de golpista, a manobra se desmascara por si mesma. Como é que o presidente pretende um pronunciamento do STF de que seu mandato é de seis anos e, ao mesmo tempo, encontrar alguma base legal para a sua "benevolência" fixando a sua permanência em Brasília por cinco anos?

Mas nesta altura dos acontecimentos não importa muito analisar as firulas jurídicas da questão. No fim das contas, quando existe um confronto destas proporções, só a força do povo pode garantir a democracia: Os generais também, na agonia do regime que sustentaram por 21 anos, tentaram esgrimir com falsos argumentos jurídicos para se manterem no Palácio do Planalto. Criaram o famigerado Colégio Eleitoral, alteraram as

representações dos Estados no parlamento, forjaram um monstro com a desavergonhada finalidade de eleger quem fosse indicado por eles para dar continuidade à ditadura. Mas este castelo ruíu diante das majestosas demonstrações públicas nas ruas de todo o país.

Agora, em outras condições, a situação se repete. Um governo que se tornou ilegítimo recorre à fraude e à truculência para se manter no posto. Mas a fonte da legitimidade não pode ser outra senão o povo. Urge que todas as forças interessadas no progresso se unam e passem de imediato às ações práticas exigindo eleições em 1988. Evidentemente que esta articulação está intimamente ligada com a atividade na Constituinte. Afinal, o que se espera é ter eleições para impulsionar as mudanças reclamadas desde a campanha das diretas-já, em 1984.

Tem portanto enorme importância a iniciativa das lideranças progressistas que se reuniram em Brasília na semana passada. É um primeiro passo concreto para a unidade de ação contra a ofensiva da direita na Constituinte e contra as ambições desmedidas de José Sarney. Trata-se agora de fazer com que este tipo de atuação encontre repercussão na mobilização de massas. Um primeiro comício já está marcado para a rampa do Congresso Nacional. Todos os esforços devem ser dirigidos para o êxito desta arrancada. Em cada Estado, em cada cidade, é fundamental que as várias correntes esqueçam as diferenças menores e se unam pelos interesses maiores do povo.

Em todo o Brasil devem ressoar as palavras de ordem pelo fim do governo Sarney e por eleições diretas em 1988, contra a direita na Constituinte e por uma Carta Magna democrática e progressista. É preciso que o povo fale mais alto que os golpistas e assegure a marcha pela democracia.

"Veneza está afundando"

"A única coisa boa desta cúpula é que ela se realiza em Veneza - mas Veneza está afundando". Esta frase, do professor da Universidade de Colúmbia e ex-embaixador dos Estados Unidos na Itália, Richard N. Gardner, constitui um bom resumo do conteúdo da reunião realizada na semana passada entre os chamados sete grandes capitalistas (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá).

Os temas são abundantes, derivados dos múltiplos aspectos da crise do sistema imperialista. Entretanto, os atuais governos dos países capitalistas parecem impotentes para solucionar os problemas. As iniciativas neste sentido, pelo menos até o momento, estão limitadas a discursos e proclamações estereis.

PROBLEMAS

O maior drama é o do crescente endividamento dos países dependentes, cujo montante, hoje, ultrapassa a casa dos 1 trilhão de dólares. O pagamento desses débitos continua gerando enormes desequilíbrios em todo o mundo, evidenciando a falência do sistema financeiro internacional.

A este se somam outras graves perturbações, como o elevado protecionismo dos países imperialistas. É gritante, por

exemplo, o subsídio à agricultura, que alcança 60% da renda do campo no Japão, 43% no caso dos países da Comunidade Econômica Européia e 16% nos Estados Unidos.

Pesa, também, a ameaça de uma nova escalada das taxas de juros - que nos últimos meses vêm crescendo perigosamente, puxadas basicamente pela aceleração da inflação norte-americana. E a perspectiva de uma nova recessão mundial completa um quadro bem sombrio.

IMPÉRIO COMBALIDO

A economia norte-americana concentra o maior número de problemas, expressos em gigantescos déficits de diferentes gêneros. O império, representado na reunião de cúpula por Reagan, ostenta agora a maior dívida externa do planeta.

É uma situação que retira dos Estados Unidos muito da autoridade e da liderança que ainda mantém diante dos outros comparsas imperialistas. E conduz a medidas protecionistas - de que o maior exemplo é a recente retaliação contra o Japão (com imposição de tarifas sobre importações de produtos eletroeletrônicos do mercado nipônico) - que, embora não tenham resultado na redução do desequilíbrio da balança comercial, serviram para ampliar a crise econômica mundial.

O constrangimento das autoridades americanas foi descrito por um funcionário do governo ao jornal "Wall Street Journal", da seguinte forma: "Nós nos colocamos numa posição em que queremos que os nossos aliados façam certas coisas. Mas nós devemos a eles. Nós somos o país devedor. Nós somos o país que tem o déficit. A pressão está toda sobre nós". Na mesma linha, o senador Lloyd Bentsen, presidente da Comissão de Finanças do Senado dos EUA, disse: "Nós não podemos esconder a nossa embaraçosa emergência como a maior nação devedora da história da humanidade. Quem poderia imaginar que, no final desta década, os Estados Unidos estariam devendo 750 bilhões de dólares a seus credores externos?"

Mas a cúpula de Veneza apenas contribuiu para deixar mais patente a existência da crise, além de proclamar a necessidade de solucioná-la. De concreto, saíram apenas recomendações ao Japão e à Alemanha para aquecerem suas economias, promessas de combater o protecionismo e prevaleceu o entendimento de que o problema do endividamento continuará sendo abordado como manda a tradição, com o receituário (melhor seria dizer, os venenos) do FMI e do Banco Mundial.

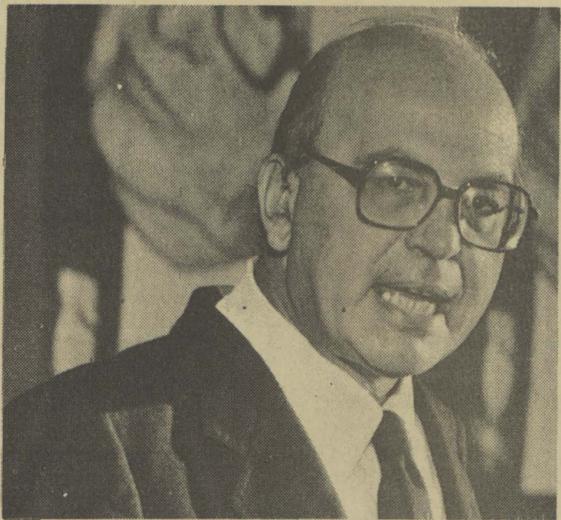


Foto: Eduardo Fornaciari

Craxi, quatro anos no poder - o mais longo governo desde a II guerra

ITÁLIA

De crise em crise

Dias 14 e 15 de junho se realizarão as eleições para o Parlamento italiano, estando em jogo 630 cadeiras para a Câmara dos Deputados e 315 para o Senado. Estas eleições marcam mais um capítulo na história do país de maior número de crises de governo da Europa.

A Itália já teve 42 governos diferentes em 41 anos de regime parlamentarista. É o recorde europeu. O atual governo, do premiê Bettino Craxi (Partido Socialista), bateu o recorde de permanência no poder: chegou perto dos quatro anos. Porém passou por diversas crises, renunciando por duas vezes.

O maior partido da Itália é o Democrata Cristão, que conta com o apoio da cúpula da Igreja Católica, inclusive o papa João Paulo II. Porém, esse partido vem amargando uma sensível queda. Nas últimas eleições, obteve 32,9% dos votos, contra 38,3% na eleição anterior. E para o próximo pleito, não chegará a 30%, segundo as projeções.

Depois da Democracia Cristã, vem o PCI (Partido Comunista Italiano), alinhado com a proposta reformista do dito "eurocomunismo". Embora deva ganhar as próximas eleições, também vem sofrendo uma queda acentuada (as pesquisas indicam que deverá ter 27% dos votos contra mais de 30% na eleição anterior).

Enquanto os dois maiores partidos italianos caem, sobe o número de descontentes. A abstenção deverá ficar em torno de 13%, e o pequeno Partido Verde aparece nas pesquisas com 2% dos votos, podendo, pela primeira vez, ter assento no Parlamento.

UM PAÍS DE CRISES

O governo de Bettino Craxi chega até aqui aos tranços e barrancos. Mantido por uma instável aliança de cinco partidos (PDC, PSI, PSD, PRI e PLI), esse governo experimentou muitas crises, caindo por duas vezes. A primeira, em 1985, quando do episódio do sequestro do transatlântico Achilles Lauro e o conflito com os palestinos, acusados de serem os sequestradores; a segunda vez, em 1986, quando um projeto do governo foi derrotado no Parlamento. Nas duas vezes, fracassada a tentativa de formar outro governo, Craxi foi reconduzido ao cargo.

Este ano, o governo caiu ante uma moção de censura do Parlamento. O presidente Francesco Cossiga decidiu dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. Mas tudo indica que o clima de instabilidade política deve continuar na Itália, talvez até acentuar.

OS PROBLEMAS ECONÔMICOS

A Itália é membro do CEE (Comunidade Econômica Européia), órgão que serve para a exploração dos

países europeus mais pobres pelos países europeus industrializados. O PNB italiano decresceu, em 1985, cerca de 2,5%, a inflação é de 95% (a mais alta da Europa) e o índice de desemprego chega a 10%.

Os trabalhadores italianos responderam com grandes greves, sendo a maior delas, o ano passado, quando os trabalhadores realizaram uma poderosa greve geral de 4 horas, reivindicando o pagamento da escala móvel dos salários.

Os italianos também vêm protestando contra as instalações de mísseis de curto e médio alcance no território italiano, iniciativa da OTAN e dos Estados Unidos. Esse sentimento antiarmamento foi capitalizado pelo Partido Verde, que hoje é o único partido que mostrou um crescimento substancial.

Não bastasse isso, o país ainda tem que suportar as operações da Máfia e Maçonaria, muitas delas envolvendo pessoas do governo e até do Vaticano, como foi o caso do Banco Ambrosiano.

AS ELEIÇÕES

As pesquisas indicam que o PCI deve ficar com uma ligeira maioria, talvez ser o maior partido opositorista. Será uma novidade um governo do PCI na Itália. Mas nada indica que haverá mudanças. O PCI que teve uma trajetória combativa na luta antifascista, enveredou pelo oportunismo puro, renegando aos princípios de um verdadeiro partido comunista. Sua atuação não vem no sentido de organizar os trabalhadores italianos e sim de ganhar espaço eleitoral. Hoje, os membros do PCI se vangloriam de ser o segundo maior partido na Itália, de ter administrações regionais, cargos no governo etc. Mas não se preocupam com a crise do país e a situação dos trabalhadores.

Já a Democracia Cristã, que foi disparado o maior partido da Itália, hoje convive com uma decadência que a fez apelar para o papa... Pois João Paulo II, que tanto condena a atuação dos bispos nicaraguenses que defendem o governo sandinista, alegando que padre não deve se meter em política, não hesita em fazer campanha eleitoral quando se trata da direita.

PCI e PDC devem ficar com a maioria, mas não despertam mais credibilidade. Os italianos estão desacreditados dessas eleições, o que explica o alto número de abstenções que a pesquisa mostrou.

O capitalismo italiano já tentou a monarquia no início do século, o fascismo com Mussolini, e 42 governos no parlamentarismo. Os problemas italianos não se resolveram. Acentuaram-se. É a única novidade desta eleição é a campanha da atriz de pornô Ilona Staller "Cicciolina", candidata à deputada pelo pequeno Partido Radical. Ela faz sua campanha em Roma, distribuindo folhetos andando num carro, sem roupa. (Daniela de Oliveira)



Liberdade para Lamia

Cerca de 200 pessoas participaram dia 8, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, do lançamento do Comitê pela Libertação de Lamia Maruf Hassan, brasileira de origem palestina condenada à prisão perpétua por um Tribunal Militar sionista na Cisjordânia - território ocupado militarmente por Israel. Da reunião participaram políticos, representantes de entidades civis e membros da comunidade árabe.

Livros proibidos

O Vaticano proibiu o lançamento dos livros "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", de Leonardo Boff, e "A Igreja dos Pobres", de Clodovis Boff e Jorge Pixley. É mais uma ofensiva da chamada Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé (o nome atual da Inquisição, agora sem condições políticas para condenar ao fogo aqueles que divergem de sua interpretação teológica) contra a liberdade de pensamento.

Cia paga o dízimo

A Igreja Católica nicaraguense, que faz cerrada oposição ao governo sandinista (apoiando, inclusive, grupos terroristas de direita) recebeu pelo menos 125 mil dólares (Cz\$ 4,4 bi) da CIA norte-americana. A informação é da revista ianque "Newsweek". As verbas eram remetidas através de contas bancárias nas ilhas Caimã (Caribe). Mas este sistema teve que ser substituído a partir de 1985, pois corria o risco de ser descoberto. Segundo a "Newsweek", dom Obando y Bravo, o arcebispo de Manágua, tem uma conta no banco BAC International, nas ilhas Caimã, uma das instituições financeiras mais utilizadas pelos "contras" - os mercenários financiados pela CIA.

Ataques do terror

O governo sandinista informou que em maio ocorreram 315 combates entre tropas governamentais e os contra-revolucionários financiados pelos Estados Unidos. Nesses combates morreram 627 pessoas - 488 "contras" e 139 sandinistas. O presidente Daniel Ortega teve que tomar novas medidas econômicas visando garantir a subsistência do país diante dos ataques contra a Nicarágua coordenados pela CIA.

Prisões em massa

Mais de 2.600 pessoas foram presas e pelo menos 200 dirigentes opositoristas colocados em prisão domiciliar na Coreia do Sul, às vésperas de uma série de atos de protestos convocada para dia 10, em Seul, a capital. Os atos foram convocados pela Coalizão Nacional por uma Constituição Democrática - uma frente ampla formada em maio. A polícia invadiu cerca de 100 universidades, à caça de democratas e opositoristas.

Miséria, subnutrição

Cerca de 55% dos 58 milhões de habitantes das Filipinas vivem abaixo da chamada linha de pobreza, que é calculada em um mínimo de 116 dólares por mês para uma família de seis pessoas. Dos 31.190 milhões de miseráveis filipinos, mais de 15 milhões não ganham sequer 75 dólares por mês. Dos 22 milhões de trabalhadores, 2.772 mil estão desempregados e 6.732 mil estão subempregados. No campo, quatro em cada cinco crianças são subnutridas e dez milhões de camponeses não têm terra.

Dinheiro não falta

Em 1986, o mundo gastou cerca de 870 bilhões de dólares com armas, segundo o Instituto de Pesquisas para a Paz de Estocolmo. Neste ano, os gastos com armas deverão superar os 1 trilhão de dólares. Há no mundo cerca de 50 mil ogivas nucleares - a maioria não será utilizada, pois mil já bastam para destruir o planeta. O Instituto informa que os EUA possuem 1.989 mísseis estratégicos, e a URSS 2.494 desses mísseis. A OTAN possui 316 mísseis de médio alcance; o Pacto de Varsóvia, 922.

Protegendo o capital

Cerca de 30 pessoas ficaram feridas, dia 9, em Barqueiros (Portugal) quando a Guarda Nacional Republicana atacou um protesto popular. Os portugueses manifestavam-se contra a desapropriação de terrenos da cidade para a instalação de uma indústria. A polícia sempre zelosa quando se trata de defender os sagrados direitos do capital, investiu com cascos e canos contra os populares.



Os imperialistas reunidos em Veneza: Nakasone, Margareth, Reagan, Fanfani, Mitterrand e Kohl

ARGENTINA

Não é um exército, é uma gangue

A democracia argentina tem, a partir do dia 4, 360 novos motivos para não dormir tranqüila. Este é o número de torturadores anistiados antecipadamente pela lei de "obediência devida", proposta pelo presidente Raúl Alfonsín e aprovada, com muito mais generosidade para os militares, pelo Senado e a Câmara dos Deputados.

"Se a conjuntura política torna necessária uma lei, à Justiça não cabe outra alternativa a não ser aplicá-la. Mas que fique bem claro: esta lei veio para proteger delinquentes". É preciso dizer mais depois do desabafo do promotor Julio Cesar Strassera, que colocou na cadeia os integrantes das juntas militares que governaram a Argentina durante a ditadura?

O projeto de lei que Alfonsín, sob pressão de rebeliões e quarteladas, enviou ao Congresso isentava de culpa os militares com patentes até coronel indiciados por violação dos direitos humanos. A direita peronista e outros setores conservadores resolveram ampliá-lo, e estenderam os limites da anistia até a patente de general-de-brigada. Só poderão agora ser processados os militares que ocuparam postos de comando.

Com tanta generosidade, o banco dos réus vai ficar até folgado: dos 400 indiciados até fevereiro - prazo máximo para abertura de processos segundo a lei do "ponto final" - só vão sentar-se nele pouco mais de 40. Entre outros torturadores conhecidos, ficará impune o

capitão da Marinha Alfredo Astiz, contra quem havia provas abundantes de violências sobre presos políticos na Escola de Mecânica da Armada.

"Não temos um Exército, temos uma gangue", reconhecia na semana passada um assessor de Alfonsín. Desolado, ele admitia que a "obediência devida" não era o suficiente para restabelecer a disciplina nos quartéis. Perspicaz, o rapaz já na madrugada em que foi aprovada a lei, o general Ramón Camps, um dos torturadores condenados, reclamava: "Não haverá justiça enquanto estes homens (os torturadores) não forem reconhecidos pelo serviço que prestaram à Nação combatendo a subversão".



Viagem ao País das Águas

Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA)

1ª quinzena de agosto (10 dias na Albânia).
Passagem aérea (Financiada): São Paulo - Lisboa - São Paulo - 1.533 dólares.
Trem: Lisboa, Madrid, Barcelona, Nice, Veneza, Belgrado, Hani i Hotit (Albânia) - 600 dólares.
informações pelo telefone (011) 255-1861, 2ª e 4ª das 14h00 às 20h00; 3ª das 12h00 às 18h00; e 5ª e 6ª, das 9h00 às 14h00.
Rua Barão de Itapetinga, 297, sala 53, São Paulo - SP.

BLOCO PROGRESSISTA

Passos para a unidade

Uma reunião entre os líderes dos diversos partidos, representantes da ala avançada do PMDB e dirigentes do movimento popular de Brasília abre novas perspectivas para a unidade entre as forças que lutam por soluções progressistas para a crise.



Haroldo Lima, Afonso Camargo, Lula e Brandão Monteiro: buscando articular uma campanha unitária por diretas em 88.

Envolvido em uma série inumerável de compromissos, participando de contatos que se desenvolviam pelos gabinetes, plenários, salões e corredores do Congresso, mergulhado, enfim, na massacrante maratona em que se transformaram os preparativos para as votações nas Comissões Temáticas da Constituinte, o deputado Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B, tinha, na última quarta-feira, pelo menos um bom motivo para demonstrar otimismo. Em meio a perspectivas que apontam para o agravamento dos problemas econômicos e políticos do país, ele podia dizer, talvez pela primeira vez desde que se iniciaram os trabalhos da Assembleia, que há possibilidades mais efetivas de unidade das forças políticas progressistas em torno de objetivos concretos e imediatos.

Pelo menos um fato relevante serve para justificar plenamente o otimismo de Haroldo. Este fato é a reunião que haviam mantido na véspera o próprio líder do PC do B e mais os constituintes Luiz Inácio Lula, líder do PT, Brandão Monteiro, líder do PDT, Augusto de Carvalho, do PCB, um representante do diretório regional do PSB e o senador Afonso Camargo, do PMDB, além de dirigentes de entidades populares de Brasília, como os sindicatos dos professores, dos médicos, dos telefônicos e a regional da CUT. Ao contrário de tentativas anteriores, o encontro não se resumiu a simples troca de opiniões, evoluindo para decisões concretas e que poderão ter amplos e importantes desdobramentos nas próximas semanas.

Dois grandes temas preencheram a pauta. Primeiro, a necessidade de desencadear de forma unitária uma campanha popular por eleições presidenciais em 1988. Ficou claro que tal campanha deve incluir a realização de comícios em todo o território nacional. Além disso, tratou-se da tomada de providências urgentes para deter o crescimento das posi-

ções direitistas no interior da Constituinte.

Foi consensual o entendimento de que se deve dar **conteúdo político preciso** à bandeira de eleições em 88, associando-se claramente a propostas que possam dar solução progressista à crise em que o país parece envolver-se cada vez mais. "Diretas apenas é pouco - resumiu Haroldo Lima. É preciso deixar claro que elas são um instrumento para tornar menos distantes interesses e anseios concretos da maioria da população". O setor parlamentar da articulação, ou seja, as lideranças na Constituinte das forças políticas que a compõe, ficou encarregado de elaborar o mais rapidamente possível um **manifesto à nação**, espécie de programa mínimo de compromissos democráticos e populares que possam ser assumidos unitariamente. Chegou a ser marcada, para o próximo dia 16, uma primeira reunião para redigir este documento.

Mas não foi só. Também se tratou dos encaminhamentos concretos para dar início à mobilização de massas. Um primeiro comício ficou marcado para o dia 7 de julho, em Brasília, na rampa do Congresso Nacional. Constituiu-se um comitê de preparação do ato, integrado por todas as entidades populares presentes mais um representante de cada partido. O comitê começaria já no dia 13 a reunir-se e trabalhar pela realização do comício.

Uma das vozes que há mais tempo e com maior insistência se levantam em favor de uma

unidade mais sólida entre as forças progressistas, Haroldo Lima saiu da reunião com uma impressão altamente favorável. Considera que "o estado de espírito foi em geral muito positivo, prevalecendo o esforço em busca da unidade". Elogiou especialmente a disposição do senador Afonso Camargo, hoje talvez o maior expoente de um setor do PMDB que, conforme suas próprias palavras, "se afasta do governo para identificar-se com as aspirações populares", e que pode ser fundamental para que a articulação progressista adquira maior poder de fogo na Constituinte.

O líder do PC do B analisa também que aos poucos perdem espaço as concepções exclusivistas que vinham dificultando a unidade. As forças que até há alguns dias acreditavam-se capazes de encaminhar sozinhas manifestações progressistas, parecem agora compreender que não têm condições de desencadear de forma isolada campanhas de âmbito nacional. E a disposição para o diálogo e o entendimento tem tornado possível a realização de intensas articulações. Nelas o presidente do PC do B, João Amazonas, tem sido figura de destaque. Apenas para ficar em dois exemplos, ele manteve demorada conversação no dia 10 com o líder do PDT, Brandão Monteiro, e já tinha programado avistar-se no dia seguinte com Lula, líder do PT.

CONSTITUINTE

Ao mesmo tempo em que se buscavam posições comuns em

relação às eleições presidenciais, surgiam sinais de que a unidade entre as forças progressistas pode se estender também à atuação na Constituinte. Haroldo relatou à Tribuna que para o dia 11 estava programada ainda uma reunião entre líderes das correntes progressistas e do setor avançado do PMDB, com o objetivo de identificar as propostas em que poderia haver atuação em bloco no interior das comissões e de procurar uma ação coordenada para a aprovação destas propostas, ao contrário do que se observou nas subcomissões. O líder do PC do B adiantou que apelaria particularmente, nesta reunião, por um movimento unitário visando derrubar duas das posições mais reacionárias contidas nos pareceres dos relatores: a que estabelece critérios altamente discriminatórios para a formação de partidos políticos e a que implanta um sistema eleitoral retrógrado com o voto distrital.



Constituinte: entre os dias 12 e 14, a hora da votação nas comissões

COMISSÕES DA CONSTITUINTE

Opinam os relatores

Os substitutivos apresentados pelos relatores das oito Comissões Temáticas da Assembleia Nacional Constituinte retomam, no geral, o mesmo tom empregado pelos relatores das subcomissões, na fase anterior. Alguns avanços nos temas econômicos e sociais e graves e preocupantes retrocessos nos temas políticos.

De uma maneira geral, os relatores das Comissões tiveram a preocupação de corrigir as distorções apresentadas pelos anteprojetos aprovados nas subcomissões, quando o "rolo compressor" armado pelos conservadores e pelo Palácio do Planalto praticamente destruiu todos os avanços ali incluídos. Este é o caso, por exemplo, do substitutivo do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes, que através de um processo de negociação com os setores conservadores reapresentou o dispositivo que garante integralmente o monopólio estatal do petróleo, uma definição mais adequada do conceito de empresa nacional (embora ainda imprecisa) e, em troca, não definiu um limite máximo permitido para as propriedades rurais, como exigem os latifundiários da UDR.

Aliás, é na questão da reforma agrária que estão as principais debilidades do substitutivo do senador Severo Gomes. Além de não incluir o limite máximo para as propriedades rurais, o seu substitutivo **propõe uma forma de indenização** pelas terras desapropriadas bastante ampla, não definindo que o valor dessas desapropriações deverá ser baseado no cálculo dos impostos pagos nos últimos anos pelo proprietário da terra. Com isso, cria dificuldades objetivas para a realização de uma efetiva reforma agrária.

O substitutivo da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, de autoria do deputado Prisco Viana é, sem dúvida, o mais retrógrado de todos. Consegue a proeza de ser mais reacionário ainda que o apresentado pela subcomissão. Na questão eleitoral e partidária, o relator não só mantém as restrições anteriormente apresentadas como as amplia.

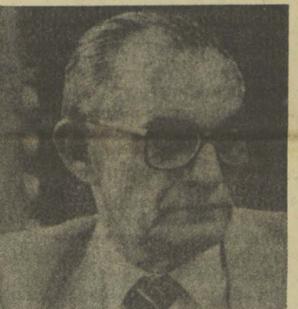
Prisco Viana, ex-secretário-geral do FDS e ex-malufista, hoje no PMDB, aniquila com a democracia representativa no Brasil, liquida com as possibilidades de representação popular e golpeia profundamente a liberdade de organização partidária, ao manter o voto distrital misto para a eleição de deputados federais e estaduais, estendendo-o também para a eleição de vereadores nos municípios com mais de um milhão de eleitores. Na questão dos partidos políticos, o substitutivo amplia ainda mais as restrições propostas anteriormente, ao estabelecer que apenas os partidos que tenham obtido nas últimas eleições para a Câmara 3% dos votos do eleitorado nacional (aproximadamente 2 milhões de votos), distribuídos em pelo menos cinco Estados, com o mínimo de 2% de votos em cada um desses Estados, têm direito à representação no Congresso Nacional.

Essa formulação líquida com a representação partidária e, se for mantida, reduzirá a representação no Congresso Nacional a apenas dois ou três partidos. Com essas restrições, dificilmente os partidos menores estariam representados no Congresso. Nem mesmo o PT ou o PDT conseguiriam cumprir essas exigências.

O substitutivo de Prisco Viana dá um profundo golpe na democracia representativa e é contraditório com o espírito pluripartidário que deve nortear a nova Constituição. É uma peça retrógrada e conservadora com o objetivo claro de transformar o Congresso numa cidadela inabalável do que há de mais reacionário no país. Mais do que isso, é uma porta aberta para o recrudescimento do fascismo.

Na questão das Forças Armadas, como bom reacionário, Prisco Viana não alterou em nada o anteprojeto aprovado na subcomissão, mantendo, portanto, todo o poder dos militares para intervir na política interna e mantendo inalterada toda a estrutura militarista em vigor.

O substitutivo da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, de auto-



Egydio: pelo parlamentarismo

ria do constituinte Egydio Ferreira Lima, ao contrário, tem um teor mais avançado que o anterior. Ele institui um parlamentarismo mais preciso, fortalecendo o poder do Congresso Nacional e retirando dos ministros militares a prerrogativa de não sofrerem moção de censura, corrigindo esta aberração que se tenta impor à Constituinte. Na questão do mandato presidencial, embora fixe a duração dos próximos mandatos em cinco anos, define que o mandato do presidente Sarney será apenas de 4 anos, marcando eleições presidenciais para 15 de novembro de 1988.

É importante destacar que os avanços obtidos nos temas sociais - como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a liberdade de organização sindical, entre outros - e até mesmo nos econômicos, estarão totalmente comprometidos se não forem acompanhados de avanços no terreno político. Assim, a batalha para se derrotar a tese do voto distrital e a conquista de ampla liberdade de organização partidária torna-se fundamental. Dessas conquistas dependerão os avanços políticos necessários para transformar a nova Constituição num texto efetivamente progressista e democrático.

Com a votação desses substitutivos pelas Comissões, neste final de semana, encerra-se a fase preliminar da Constituinte. A partir do próximo dia 15 a batalha se desloca para a Comissão de Sistematização, encarregada, a partir de agora, de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Nessa fase, tanto os constituintes como o povo, podem apresentar novas emendas. As emendas populares, inscritas por no mínimo 30 mil eleitores, podem ser apresentadas até o dia 17 de agosto e jogam um papel fundamental para pressionar os constituintes a votarem a favor das mudanças. Da mobilização popular dependerá o futuro da nova Constituição.

VOTO DISTRITAL

Armadilha contra os progressistas

Uma novidade na Constituinte: na comissão de organização eleitoral pretende-se adotar o voto distrital misto. Seus defensores afirmam que é um grande progresso no sentido da democracia. Como funciona o sistema?

Tomemos por exemplo a eleição para deputados federais em São Paulo, onde existem 60 vagas a preencher. Pelo sistema distrital misto, metade dos deputados seriam eleitos pelo voto proporcional - que é o processo eleitoral em vigor hoje - e outros 30 seriam escolhidos pelos distritos.

O Estado de São Paulo seria dividido em 30 distritos, com igual número de eleitores. Em cada um todos os partidos habilitados poderiam lançar candidatos. Cada distrito elege apenas um deputado, o que tiver maior número de votos.

Quem leva vantagem neste tipo de votação? Evidentemente os poderosos do lugar, os donos do dinheiro, os comerciantes, os fazendeiros. Os candidatos populares dificilmente podem alcançar a maior votação pois não têm recursos para fazer uma propaganda em grande escala, não têm como comprar o apoio de jornais e outros meios de comunicação, não têm como comprar votos na base de favores e pressões. Na votação proporcional ainda podem obter o

coeficiente necessário para entrar na lista dos eleitos. Mas dificilmente são os primeiros, salvo é claro algumas exce-

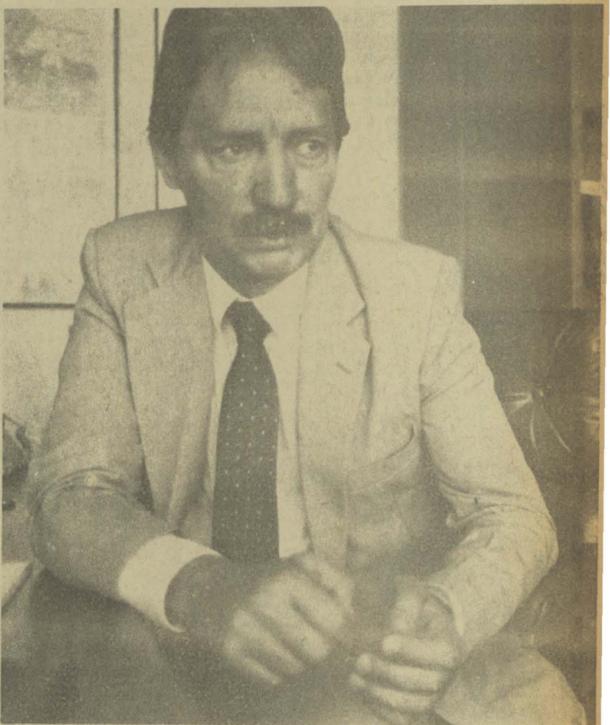
ções, alguns líderes de maior prestígio.

Mas não é só isto. No caso de certos candidatos progressistas, que se tornam conhecidos e obtêm votos espalhados por todo o Estado, que têm uma visão ampla do movimento social, e se destacam por isto, mas que não têm condições de serem eleitos pelo voto distrital. Ou seja, este sistema amesquinha o voto, despolitiza a eleição, dá vantagens aos caciques locais, aos donos de "currais".

Entretanto, na parte dos deputados que é eleita pelo voto proporcional também existe uma perda de democracia. Se até agora, para eleger um deputado federal era necessário um quociente mínimo de 240 mil votos aproximadamente, pelo sistema proposto serão necessários 480 mil. Atualmente os eleitores elegem 60 deputados pelo voto proporcional. Pelo novo sistema apenas 30 serão eleitos pelo voto proporcional, necessitando portanto do dobro de votos para cada um. Novamente saem favorecidos os ricos e os poderosos.

Fica evidente portanto que o voto distrital só serve à direita; é um atentado à democracia e uma forma concreta de reduzir drasticamente a presença popular no parlamento.

Um exemplo histórico elucidativo é o da França. Depois da guerra as forças progressistas, com os comu-



Prisco Viana, relator da Comissão: mudança para pior

elas, obtiveram maioria parlamentar. Mas a burguesia conseguiu intervir no processo, anular as eleições e convocar um novo pleito, já adotando o voto distrital. Daí para frente a direita sempre passou a ter maioria nas câmeras, mesmo que no computo geral pudesse ser minoritário.

O relatório enviado à comissão não diz literalmente que a proporção entre os eleitos pelo voto proporcional e pelo distrital é obrigatoriamente meio a meio. Mas, analisando a realidade recente, é evidente que a



Severo: a favor da Petrobrás

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

RECESSÃO

Quem semeia vento...

"Recessão, jamais". Desde que assumiu o governo e anunciou a Nova República, solene e incansavelmente, o sr. José Sarney vive repetindo frases deste tipo. Assegurava o chefe do governo que o país não ia continuar pagando a dívida com o desemprego, a fome, "a recessão". Prometeu a todos brasileiros um crescimento econômico contínuo e "sustentado". No entanto...

A recessão já se instalou e, embora ainda em seu início, já foi admitida pelo menos por dois ministros do atual governo, o da Fazenda, Bresser Pereira e o do Trabalho, Almir Pazzianotto. O ritmo das demissões acelerou-se brutalmente na última semana de maio, praticamente em todo o país. É mais intenso em São Paulo, onde, no período, a indústria dispensou 7,2 mil operários, levando o Indicador do Nível de Emprego da Fiesp a registrar a primeira taxa negativa (-0,36) nos últimos 54 meses ou desde a última recessão (1981-83).

DESEMPREGO

A indústria automobilística já registra uma queda de 35,9% nas vendas durante o primeiro trimestre do ano. E demitiu milhares. Somente a Volkswagen colocou no olho da rua 2,3 mil trabalhadores entre janeiro e maio. Na Bahia, o setor metalúrgico efetuou a dispensa de 1.515 funcionários no mesmo período.

Conforme o levantamento do Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio as vendas ao varejo de bens de consumo durável declinaram 11,3% durante o primeiro trimestre, em comparação com o ano passado. O consumo de carne em São Paulo chegou a cair 40% nos três últimos meses deste ano.

Continua crescendo o número de

falências e concordatas. De acordo com o empresário Cláudio Bardella, "o potencial de inadimplência das empresas com os bancos é da ordem de 30%. Todos os indicadores apontam para uma quebra geral. O que espanta é a rapidez com que isso vem ameaçando a indústria a partir de 15 de maio último".

PALIATIVOS

A crise é tamanha que, na semana passada, o governo foi obrigado a intervir no sistema financeiro, ameaçado por uma inadimplência sem precedentes, determinando a retenção de 75% dos lucros e o recolhimento compulsório de 4% sobre os depósitos dos bancos.

O objetivo, em primeiro lugar, foi constituir uma "Reserva Especial" destinada a cobrir eventuais perdas e criar uma linha de financiamento às pequenas e médias empresas. Um paliativo, que, na visão do presidente da Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas, Antônio Guarino, "amenizará um pouco a situação". Mas que foi, antes de tudo, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, "um excelente negócio para os banqueiros. A Febraban (federação dos bancos) se reuniu antes com o presidente do Banco Central, em separado para discutir as medidas, enquanto nós, pequenos empresários, não fomos consultados".

Com efeito, os bancos gostaram das medidas, que os fortalece. Era indispensável constituir uma reserva para prevenir prejuízos que a esta altura mostram-se inevitáveis devido à incapacidade do empresariado em arcar com as elevadas taxas de juros. Ao mesmo tempo, o IR sobre os lucros bancários também será incorporado na reserva, implicando numa perda de receita de C7\$ 22 bilhões para a União. Como parte dos recursos destinados às empresas será bancada pelo governo, o déficit público será engordado, resultando em mais inflação.

RECESSÃO OFICIAL

De qualquer forma, as decisões anunciadas na semana passada não vão aliviar a pressão recessionista. A queda da atividade econômica já vinha se desenhando há meses e deve-se a uma série de fatores. Pesou e ainda pesa bastante, por exemplo, o comportamento das multinacionais, que estão suspendendo investimentos, aumentando a remessa de lucros e repatriando capitais.

Mas, de longe a principal causa da recessão é a política econômica do governo Sarney. A despeito da retórica - "não vamos pagar a dívida externa com desemprego" e outras - desde novembro do ano passado as autoridades têm dado ênfase à necessidade de reduzir o consumo interno de mercadorias para ajustar a balança comercial à lógica dos grandes superávits para pagar juros aos bancos exteriores. Diversas medidas foram aplicadas com este objetivo. A inflação bate recordes atrás de recordes, os salários reais caíram. E o resultado está aí.



Retorna o flagelo do desemprego

FERROVIA NORTE-SUL

Obra sem rumo e sem projeto

Sem se importar com os escândalos surgidos antes mesmo do início das obras da ferrovia Norte-Sul, o presidente Sarney ajesta seu "limpa-trilhos" para desobstruir os obstáculos a este projeto faraônico que ligará Brasília ao Maranhão. Para isso são feitos todo tipo de malabarismos. Um destes foi o decreto presidencial que colocou o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, na direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de onde deverão sair as verbas que permitirão construir os 1.600 quilômetros de ferrovia, com custos estimados em 2,4 bilhões de dólares. Teixeira é homem muito ligado a Sarney e um ardoroso defensor da Norte-Sul.

O FND tem C7\$ 145 bilhões para aplicar nos mais diversos setores da economia. Caso o dinheiro vá para a ferrovia deixará à mingua financiamentos aos setores siderúrgicos, hidrelétricos, etc. Com Aníbal Teixeira no FND, Sarney tem ao alcance das suas mãos as torneiras que liberarão as verbas deste fundo.

CRIME PERFEITO?

Um outro tento conseguido pelo presidente Sarney - se bem que deixando à mostra as cartas marcadas deste jogo sujo - foi o resultado da comissão que investigou a fraude na Norte-Sul. A

sindicância, composta só por funcionários do Ministério dos Transportes - foi designada depois que o jornalista Jânio Freitas, da "Folha de S. Paulo", denunciou as falcatruas na concorrência para a construção da ferrovia. O relatório chegou à conclusão insólita de que houve irregularidades, mas não culpados. Nestas condições "seria injusto punir alguém", comentou o coronel Stanley Fortes Baptista, que liderou a sindicância.

No meio deste lodaçal de escândalos vai ser feita a ferrovia, que não resiste a uma avaliação imparcial sobre a sua viabilidade econômica. Assim vai se jogar na construção de uma única obra quantias que dariam para reaparelhar toda a malha ferroviária do país. Não se é contra a construção de ferrovias, mas que se aplique verbas nos setores prioritários, já que este setor há mais de três décadas está no abandono. Daí os protestos da sociedade.

FALTA PROJETO

O presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Allen Habert, acredita que a ferrovia Norte-Sul não sairá por menos de 7 bilhões de dólares, quase três vezes mais do que está previsto. E neste sentido as previsões dos custos de obras feitas pelo governo quase sempre estão abaixo do valor real. Basta ver o exemplo da Ferrovia



Allen Habert: "É uma aberração"

do Aço, projetada para ligar Minas Gerais a Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Ela começou a ser construída em 1975, prevendo-se que ia custar 1,2 bilhão de dólares. Depois de 12 anos as obras estão paradas e inacabadas, já tendo consumido 2 bilhões de dólares.

Mas um dos maiores absurdos da ferrovia Brasília-Maranhão é que numa obra de tal vulto não foi feito um estudo técnico sobre sua viabilidade. Para o engenheiro Allen Habert, "do ponto de vista da engenharia, isso é uma aberração. Se não tem um projeto, não se pode calcular o custo da obra. Como uma ferrovia sempre é uma nova ferrovia, não tem uma padronização, então o seu custo deve ser baseado num projeto".

(Domingos Abreu)



Uma parcela do empresariado está de fato irritada, mas sugere medidas antipopulares

EMPRESÁRIOS

Protesto de gravata

Bem vestidos e rigorosamente engratados, cerca de mil empresários reuniram-se dia 9 no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, para protestar contra a política econômica do governo e o que suas lideranças consideram "tendência estatizante" da Assembléia Nacional Constituinte.

A manifestação contribuiu para evidenciar a crescente perda de credibilidade do atual governo, bem como a insatisfação de uma fração expressiva das classes dominantes. Porém, tem um conteúdo abertamente conservador. Orienta-se em sentido inverso às mudanças reclamadas pelos trabalhadores e outros setores progressistas da sociedade.

GRAVE CRISE

Não faltam razões para lamúrias, uma vez que "a perplexidade que hoje se generaliza tomou corpo e se alastrou", conforme afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Delben Leite. Com efeito, a crise é grave e tem atingido particularmente as pequenas e médias empresas (representadas, no encontro, basicamente na platéia).

A euforia propiciada pelo Plano Cruzado I deu campo à constituição de um grande número de empresas de médio e pequeno porte no país. Com o retorno da inflação, as condições se invertem e a quebra se generalizou. "Não é justo, não é honesto e é contra isto que temos que nos pronunciar e posicionar", salientou Joseph Michael Couri, diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), ao apreciar a situação presente.

Desta forma, "a insegurança, o sentimento de descrença e impotência que cada um de nós sentia e que vamos disseminar-se cada vez mais na população brasileira já se atesta hoje, cotidianamente, e chega a índices extremamente preocupantes, como vimos, ainda recentemente na imprensa, através dos números revelados por sondagens de opinião", disse o empresário Bruno Nardine, também da Abimaq.

SOLUÇÃO ANTIPOPULAR

Se o diagnóstico reflete, em certa medida, o drama realmente vivido por uma parcela do empresariado (em especial, constituída de firmas pequenas e médias), o mesmo não se pode dizer da receita. "O nosso movimento se fundamenta em dois pilares: a defesa

de livre iniciativa e a redução da participação do Estado na economia", garante Paulo Roberto R. Butori, presidente da Associação Brasileira de Fundição (Abifa).

O ataque às empresas estatais transformou-se, de fato, no centro da reunião, liderada pelo movimento intitulado "PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais". A julgar pelos discursos pronunciados no Palácio do Anhembi, a intervenção do governo na economia é a raiz de todos os males do Brasil.

ARGUMENTOS FALACIOSOS

Ora, quando feita de boa fé a crítica à atividade estatal revela, no mínimo, desconhecimento e ingenuidade das características da economia numa época em que a liberdade de mercado e as leis próprias do capitalismo concorrencial já deixaram de atuar, soterradas pelos monopólios.

Despreza-se, igualmente, o papel das estatais em defesa da soberania do país, como ainda a verdade sobre o desequilíbrio nas contas do Estado. Muito se fala do déficit público, pede-se providências para enfrentá-lo, mas esquece-se de que ele existe em função das dívidas externa e interna, como, aliás, o próprio presidente do Banco Central, Fernando Milliet, deixou claro.

De qualquer forma, não se pode acreditar que os líderes empresariais não saibam o que estão semeando. Eles tratam, agora, de pressionar também a Constituinte no sentido de aprovar as "teses da iniciativa privada", movimentando um abaixo-assinado com os 10 pontos levantados recentemente durante uma reunião do patronato realizado na Fiesp (onde se pede maior liberdade de ação às multinacionais, resguardam-se os "direitos" do latifúndio e idolatra-se, de todas as maneiras, a propriedade privada).

Algumas lideranças acenaram com a possibilidade de união de empresários, trabalhadores e democratas. Mas, é de se perguntar, em torno de que objetivo? Na reunião do Anhembi ninguém protestou contra o pagamento da dívida externa, expressão da espoliação imperialista do país. Mesmo os banqueiros brasileiros, que se deleitam com a inflação e as altas taxas de juros, foram poupados. As estatais foram o alvo preferencial e quase exclusivo do protesto. Não são esses os interesses do povo.

PC DO B - BAHIA

Críticas a Sarney na TV

Pela primeira vez em sua história, o Partido Comunista do Brasil apresentou-se aos baianos em rede regional de rádio e televisão, na sexta-feira, 5 de junho. Durante uma hora, os comunistas fizeram um pré-lançamento da campanha que intensifica esta semana em defesa das eleições diretas para presidente da República em 88 e da soberania da Constituinte.

Contudentes críticas ao governo Sarney, uma avaliação do governo estadual, os problemas de Salvador, questões regionais do movimento popular foram apresentados no programa do PC do B, que dedicou um espaço especial para a experiência democrática do governo de participação popular no município operário de Camaçari, onde o partido participa da administração dirigida pelo prefeito Luis Caetano.

REPERCUSSÃO

A direção regional do PC do B teve apenas uma semana para preparar o programa, pois o TRF comunicou apenas no final de maio que o horário gratuito do partido seria na semana seguinte.

Além de dirigentes regionais - Oival Freire, Julieta Palmeira, Elias Ramos e Loreta Valadares, e do dirigente nacional Péricles de Souza, dos deputados Luiz Nova e Vandilson Costa, dos vereadores de Salvador Ney Campello e Jane Vasconcelos, de vereadores do interior (Messias Gonzaga, Feira de Santana; Ubirajara Mota, Vitória da



Conquista; Paulo César, Juazeiro, e Wilson de Jesus, Itapetinga), do dirigente municipal de Itabuna, Davidson Magalhães, o programa apresentou dirigentes e militantes das várias áreas de atuação de massas. Assim, falaram no programa o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Renildo de Souza; o secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Wilson Furtado; o vice-presidente do Sindicato dos Bancários, Álvaro Gomes, ao lado de representantes dos negros, das mulheres, dos professores, etc. O ponto alto foi a presença dos dois constituintes comunistas baianos, Haroldo Lima e, Hildebrando Mota, e do presidente nacional do partido, João Amazonas, que encerrou o programa conclamando à luta pelo fim do governo Sarney com diretas em 88 e em defesa de uma Constituinte progressista. (da sucursal)



O ASSASSINATO DE PAULO FONTELES

"Tiram minha vida, não minhas idéias"

Um brasileiro destemido e fiel à causa de seu povo



A vida política de Paulo Fonteles teve início na segunda metade dos anos 60. Participou ativamente do movimento estudantil universitário a partir de 1968, quando cursava a Faculdade de Direito. Foi preso e barbaramente torturado, permanecendo dois anos nos cárceres. Foi cassado pelo decreto-lei 477-instrumento que a ditadura militar utilizava para punir estudantes que ousassem fazer política oposicionista.

Nesse período, a partir de 1972, o Exército desencadeou a repressão contra militantes do PC do B no Sul do Pará, dando início à Guerrilha do Araguaia. Paulo relembrou o episódio numa série de artigos que escreveu para a **Tribuna Operária** em 1980: "Naqueles tempos terríveis de destruição sistemática de toda resistência ao fascismo de Garrastazu, a notícia de um movimento guerrilheiro forte, logo no meu Pará, causou-me uma emoção extraordinária. De noite, comecei a 'irradiar' a notícia para o resto do presidio, utilizando os métodos que só os presos conhecem".

Ao sair da prisão, Fonteles logo se engajou na luta pela anistia. Já militava, então, no PC do B. No final dos anos 70, participou do Movimento em Defesa da Amazônia e presidiu a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Em 1979, é lançada a **Tribuna Operária**. Fonteles, nessa época, trabalha num

jornal oposicionista paraense, "Resistência". E logo na edição número 1 da T.O. é publicada uma matéria de sua autoria, "Sul do Pará: os latifúndios preparam uma guerra".

Além da militância política, ele exerce também a advocacia trabalhista. Acompanha de perto a movimentação sindical e camponesa no Sul do Pará, particularmente em Conceição do Araguaia, onde reside (veja matéria nesta página). Aproveita para estudar, no local onde se desenvolveram as batalhas, a Guerrilha do Araguaia: "Tenho absoluta certeza de que a Guerrilha do Araguaia teve apoio da massa camponesa da região. E mais: há indicadores seríssimos de que a Guerrilha teve apoio e participação das amplas massas. Esta descoberta iniciou-se na medida em que ia aprofundando meus contatos com a luta dos posseiros, ia conseguindo-lhes a confiança, ia penetrando no mundo secreto e perigoso da guerrilha". De seus estudos, conclui: "A Guerrilha do Araguaia é o repositório mais importante da luta armada do povo brasileiro pela sua libertação".

ÓDIO DOS OPRESSORES

O seu engajamento com as lutas do povo da região atraem para Fonteles o ódio dos latifundiários. Em 1982 ele denuncia: "No dia 16 de abril fui procurado por um amigo que me avisou que havia explodido outro conflito de terras no Sul do Pará, com mortes e feridos.

E que eu estava sendo, mais uma vez, acusado de ser o mandante da 'invasão' e responsabilizado pelas mortes. Não tivesse eu um álibi perfeito - estou há 45 dias em Belém - seria incriminado".

Nesse ano, contando com o apoio de sindicalistas e setores progressistas e democráticos paraenses, Fonteles é eleito deputado estadual. Sua atuação no parlamento destacou-se pela fidelidade aos compromissos assumidos durante a campanha com os trabalhadores rurais e urbanos, e pela coragem com que afrontava os representantes do latifúndio e do capital - no plenário e fora dele.

Em 1986 Fonteles sai candidato à Assembléia Constituinte, mas não consegue ser eleito. Em janeiro de 1987 assume publicamente a legenda do PC do B, passando a integrar legalmente a direção regional do partido no Estado. Volta à atuação como advogado trabalhista, junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém. Preside, ainda, o Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Urbano e Rural.

Numa reunião com sindicalistas em São Paulo, comenta sobre as ameaças de morte de que é vítima: "Não dá para ficar passivo diante dos assassinatos, das barbaridades que os jagunços cometem. A gente está atento. Os camponeses também estão vigilantes, já se salvaram de algumas emboscadas". Foi fiel, até o último de seus dias, à causa que abraçara: o socialismo.



Fonteles acompanha o enterro do camponês João Canuto, em 1985

Ameaças antigas

Em fevereiro de 1985, Fonteles concedeu à **Tribuna Operária** uma entrevista, publicada no nº 205 sob o título "Deputado marcado para morrer", onde responde a uma pergunta sobre as ameaças de morte que vinha sofrendo, entre elas uma do coronel reformado do Exército, Carlos Castor da Nóbrega, no dia 13 de fevereiro de 85 no jornal de maior circulação do Pará onde afirmava textualmente que mataria o então deputado. Fonteles afirmou, sobre as ameaças de morte:

"Eu tenho declarado, inclusive numa carta que escrevi a esse coronel que me ameaçou publicamente de morte, que eu fui eleito deputado para defender os trabalhadores rurais. E que o meu mandato só tem sentido na defesa dos trabalhadores rurais.

"É impossível, para mim, agir de outra forma. Ao longo da minha vida eu tenho procurado me dedicar à luta dos trabalhadores brasileiros - e diria até à luta dos trabalhadores de todo o mundo, uma vez que eu me considero socialista. Tive participação ativa no movimento estudantil nos idos de 1968/69/70; fui preso pelo DOI-Codi; passei quase dois anos na cadeia; fui muito torturado; fui cassado pelo 477; e a minha vida está intimamente ligada aos trabalhadores.

"Eu sei que pessoalmente eu corro um risco, risco sério, de

sofrer um atentado. Mas não há como fugir desta situação. Quem viveu aquele período mais duro da ditadura militar, onde tantos companheiros foram assassinados, que esteve no PIC (o Pelotão de Investigações Criminais do Exército, em Brasília) e viu tanta brutalidade, tanta violência, tanta violação dos direitos fundamentais do homem... Quem foi para o Araguaia e conheceu a história do Oswaldão, da Dina, do Daniel, do Juca... Eu, por exemplo, tenho um filho que se chama João Carlos Hass, em homenagem ao Juca. Quem sabe do heroísmo, da coragem e do amor daqueles companheiros aos trabalhadores rurais, e tem notícia de que foram assassinados, alguns deles a seco, a frio, queimados como 'arquivos', quem conhece o amor que o povo do Araguaia até hoje tem por aqueles companheiros não pode se eximir desta luta com medo de morrer.

"Evidentemente eu espero sobreviver. Tomo determinados cuidados para isto. Mas mais importante que a vida da gente é a vida do povo e a luta do povo. E eu tenho manifestado isto com clareza.

"Eu disse inclusive por carta, a esse coronel, que ele podia tirar ou mandar tirar minha vida mas não podia tirar as minhas idéias. E que mais importante que a gente é a luta do povo brasileiro".

O defensor dos posseiros

O Sul do Pará e a região do Bico do Papagaio são os locais de maior violência no campo. É uma área com grandes extensões de terras improdutivas nas mãos de latifundiários e grileiros, que matam impunemente, com a cobertura das autoridades do governo. Por outro lado também é um lugar onde os posseiros defendem com armas nas mãos os seus direitos. Foi no Sul do Pará que Paulo Fonteles se destacou na defesa dos posseiros.

No Pará quem se posiciona ao lado dos camponeses sabe que está colocando sua vida em risco. Entre 1976 e meados do ano passado foram mortos 274 trabalhadores rurais. Só em 1985, nos municípios de Xinguara, Marabá e Araguaia Paraense morreram 82 pessoas por questões de terra. Perderam a vida nestes conflitos líderes como Raimundo Ferreira, o *Gringo*, em Conceição do Araguaia; o advogado Gabriel Pimenta, em Marabá; João Canuto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria; Salvador dos Santos, dirigente sindical em Paragominas e tantos outros.

Paulo Fonteles iniciou seu trabalho na região como advogado em 1978, sempre em defesa dos posseiros, e depois como deputado estadual, entre 1982 e 1986. Por sua destemida atuação provocou o ódio dos latifundiários que constantemente o ameaçavam. No ano passado ele denunciava que "estes bandidos do Sul do Pará não aceitam minha vocação e trabalho políticos em defesa dos trabalhadores". Muitas vezes os camponeses pobres se mobilizaram para garantir a vida do parlamentar. As ameaças contra ele eram feitas abertamente sem que os autores fossem incomodados pelas autoridades. Um coronel reformado do Exército, Carlos Castor da Nóbrega, proprietário de um castanhal no sul do Estado, disse que tinha "um pequeno exército, armado até o talo" e que iria matar o advogado.

FONTELES X CURIÓ

Fonteles nutria uma admiração toda especial pela Guerrilha do Araguaia, resistência armada que enfrentou as tropas do Exército entre 1972 e 1975. A primeira notícia que teve sobre a guerrilha foi em 1972 quando estava preso num quartel do Exército em Brasília e conheceu alguns guerrilheiros

que haviam sido torturados ali. Mais tarde, quando advogava a favor dos posseiros na região onde os guerrilheiros atuaram, pôde comprovar a admiração que os camponeses sentiam por aquela gente. A respeito disso escreveu uma série de artigos na **Tribuna Operária** em 1980. Quando a caravana dos familiares dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia esteve na região, Fonteles estava presente, dando um inestimável apoio como conhecedor da população.

Em 1982 enfrentou nas urnas e derrotou um dos mais conhecidos nomes na repressão à Guerrilha do Araguaia: o major Curió. Curió, que se instalou na região usando da

repressão e da demagogia, dizia que era invencível naquela área. Mas Fonteles foi eleito com o maciço apoio dos camponeses do Sul do Pará, ficando entre os dez mais votados, mesmo com as ameaças do militar do SNI.

Nas últimas eleições, Fonteles se candidatou a deputado federal e fez campanha nas vilas e cidades do Sul do Pará. Por onde passava era recebido com carinho, fazendo sua pregação política com parcos recursos. Onde chegava o povo sempre comentava: "Dr. Paulo é nosso amigo" ou "Dr. Paulo é peão do trecho faz muitos anos". É esta a imagem que ficará guardada na memória, daquela sofrida gente.



Fonteles junto com os familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia

"Um símbolo da luta pela terra no Pará"

"Não podemos ignorar a profunda frustração de um povo onde 50 milhões de pessoas sequer chegaram à condição de consumidores, vítimas da mesma violência que acaba de matar Paulo Fonteles". Esta declaração foi feita pelo líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas, durante um discurso em que condenou veementemente o assassinato do ex-deputado,

ocorrido quinta-feira em Belém do Pará.

O líder do PC do B, Haroldo Lima, fez um inflamado pronunciamento onde destaca a luta de Fonteles em defesa da reforma agrária. "Sua luta em defesa da terra", disse, "junto aos posseiros da região do Araguaia foi tão profunda, demorada, destemida que ele se transformou num símbolo da

luta pela terra no Pará e no Brasil. Paulo Fonteles não só foi um dedicado lutador pela causa da reforma agrária, como também um lutador pela causa da sociedade socialista".

O líder do PC do B acentuou que "existe uma guerra há muito tempo se travando no interior do país. O PC do B declara que, se nunca, em toda a sua existência de 65 anos, se afastou desta guerra não seria

agora, mais do que nunca, em que ocorrem estes atentados que comprometem a democracia, não seria agora que o PC do B se afastaria desta luta. O PC do B estará disposto como todos os democratas conscientes do país, a levar esta luta até as últimas consequências, optando pelos meios que a vida exigir e que a consciência e a temporária dos comunistas determinarem".

Crimes sem castigo?

O assassinato de Paulo Fonteles não é um crime isolado. Faz parte da guerra civil não declarada existente no interior do país na luta pela posse da terra. Segundo os próprios dados oficiais, em 1986 foram mortos 298 homens no campo.

Ao mesmo tempo em que fazem de tudo para que a Constituinte não consagre nenhuma medida em favor da reforma agrária, os latifundiários mobilizam pistoleiros e compram armas. O objetivo é o mesmo: manter a concentração da terra nas mãos de poucos. Para isso, matam camponeses, líderes sindicais e militantes políticos.

Quando, entretanto, um camponês ergue a cabeça e

conclama seus companheiros à resistência, ouve-se imediatamente o alarido infernal contra a violência. E o governo, pela atitude prática, dá cobertura total aos fazendeiros e garante a impunidade dos assassinos.

Mas é bom que os poderosos tomem consciência de que este processo não pode perdurar eternamente. Não se conhece na história um exemplo de um povo que se deixe matar passivamente. Se os poderosos insistem em resolver este assunto pelo caminho da violência, é bom saberem que o povo tem condições de fazer valer os seus direitos. A plantação dos ventos, diz o ditado, produz farta colheita de tempestade.

É preciso apurar

Foi grande a repercussão do assassinato de Paulo Fonteles na Assembléia Nacional Constituinte. Vários parlamentares se pronunciaram contra o atentado e foram aplaudidos pela galeria, que estava tomada por trabalhadores rurais que foram acompanhar o debate em torno da reforma agrária.

Um documento, assinado pelas lideranças do PC do B, PT, PDT, PMDB, PL e por dezenas de deputados (incluindo o senador Mário Covas), foi encaminhado à Mesa da Constituinte. O presidente da Assembléia Ulysses Guimarães, afirmou que incorporava o teor do documento e encaminhava ao presidente da República e ao ministro da Justiça.

Uma vez a mão armada o latifúndio comete uma violência que não pode ser considerada

a reforma agrária. O assassinato do ex-deputado estadual, suplente de deputado federal e advogado Paulo Fonteles, ocorrido hoje nas proximidades de Belém, na véspera da votação das comissões temáticas da Constituinte, onde a reforma agrária estará sendo discutida, representa uma grave ameaça à democracia e à liberdade em nosso país, afetando inclusive os trabalhos da Constituinte.

"Diante da gravidade deste covarde crime e das suas repercussões sobre a luta pela reforma agrária, exigimos que sejam tomadas urgentes providências pelas autoridades estaduais e federais para a rigorosa apuração do crime com a identificação e punição tanto de seus executores como dos mandantes, pendendo a punição que insistem em prevalecer neste país com a complacência dos seus representantes".

METALÚRGICOS - SP

Uma disputa sindical acirrada

Ao fecharmos esta edição, o pleito no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo já atingira o quórum. Faltando ainda um dia de eleição, 64 mil operários haviam votado - cerca de 82% do colégio eleitoral. A expectativa entre as três chapas que disputam o pleito era grande, cada uma se arvorando em vencedora. Mas todas concordavam que seria necessário um segundo escrutínio para definir a nova diretoria da entidade.

A eleição no maior sindicato do país transcorreu em calma. Apenas pequenos incidentes foram registrados. No sábado, dia 6, por exemplo, a polícia deteve cerca de 30 apoiadores da Chapa 1 que se encontravam ostensivamente armados. O próprio esquema montado pela situação para dificultar a votação não obteve êxito. As chapas de oposição conseguiram liminar garantindo o voto em separado e a repescagem no quarto dia de eleição, mas não conquistaram o direito de indicar os presidentes das mesas coletoras - que ficaram todos para Chapa 1.

A disposição de votar dos metalúrgicos superou todos os obstáculos. "A categoria

demonstrou que quer participar, interferir nos rumos de seu sindicato", comentou Eustáquio Vital, integrante da Chapa 2, a articulação das comissões de fábricas. Segundo informações oficiais, esta já é a maior votação na história da entidade sindical.

SEGUNDO ESCRUTÍNIO

Para o segundo turno das eleições, nos dias 22, 23, 24 e 25 próximos, ainda não está claro o comportamento das três chapas. No caso da CUT, que oficialmente apóia a Chapa 3, o quadro é complexo. No último final de semana, a direção nacional da central sindical, reunida em São Paulo, discutiu a possibilidade de sua chapa ficar em terceiro lugar. Após acalorados debates, a CUT decidiu apoiar a Chapa 2 caso isto ocorresse. Mas os membros do Mosmsp, articulação que reúne os setores mais sectários da central e tem hegemonia na Chapa 3, já adiantaram que não se retirarão no segundo escrutínio. Por sua vez, uma parcela da chapa, identificada como Alternativa Sindical, anunciou que fará todos os esforços para garantir a vitória da oposição no sindicato.



A votação na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na rua do Carmo, foi bastante concorrida e calma

O impacto da edição especial

A edição especial da **Tribuna Operária** sobre a eleição dos metalúrgicos paulistas teve impacto na categoria. Os 50 mil exemplares do jornal foram distribuídos em apenas duas madrugadas na semana passada. Segundo Lúcio Bellentani, encabeçador da Chapa 2, "o jornal gerou um grande debate nas fábricas, deixando claro que a Chapa 1 representa o imobilismo e a 3 a divisão". Prova da boa aceitação do jornal, segundo Lúcio, é que

ram a distribuir o material. Todo mundo trabalhou com a **Tribuna Operária**".

Para Benedito Taoni, o popular Matogrosso, membro da Comissão de Fábrica da Ford-Ipiranga, "o jornal foi impecável". Na distribuição feita na fábrica Filizola, o sindicalista notou o grande interesse dos trabalhadores. "Não ficou um jornal no chão e todo mundo comentou a foto do Luiz Antônio, o pelego, com o Mário Amato, presidente da Fiesp. O recado foi simples e bem

argumentado, sem baixar o nível da campanha".

Na Villares, empresa da Zona Sul da capital, a **Tribuna Operária** foi motivo de vários discursos dos membros da Chapa 3. "O soco pegou no estômago", comenta João Carlos Gonçalves, o **Juruna**, para quem a edição especial desmascarou a postura divisionista da Chapa 3. "O pessoal do Mosmsp, que controla esta chapa, ficou doído com as críticas apresentadas pelo jornal, mas não teve como se defender. Era tudo verdade".



Em São Paulo, estudantes reclamando o gatilho foram alvo de operação organizada pelo Exército para não "importunar" Quêrcia

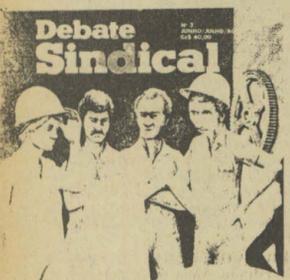
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Mais uma vitória em SP

Na grande batalha nacional, que os funcionários públicos travam para manter o já deteriorado poder de compra de seus salários, novos lances, a favor e contra, encerraram a semana passada: em São Paulo, 600 mil servidores comemoraram a decisão do Supremo Tribunal Federal que tirou a dúvida da presidência da Assembléia Legislativa e do próprio governo do Estado quanto ao alcance da liminar concedida pelo mesmo Tribunal sustentando o pagamento do gatilho salarial para os funcionários até que se julgue a constitucionalidade da medida. O ministro Carlos Madeira, relator do processo, disse que a suspensão incide apenas a partir da data da concessão da liminar, ou seja, no dia 4 de junho último. Decorre desta decisão unânime do STF a obrigatoriedade do pagamento dos gatilhos antes desta data pois a liminar não tem efeito retroativo. O governador Quêrcia, de um lado, retirou sua proposta enviada à Assembléia Legislativa que na verdade consagrava um arrocho salarial disfarçado e declarou o Estado incapaz de pagar a decisão do Tribunal, aventando a possibilidade de pagamento parcelado e pedindo recursos ao governo federal para cumprir seus compromissos. Os funcionários, de outro lado, reuniram-se na quinta-feira e decidiram voltar à greve na luta pela aplicação do gatilho, procurando manter a articulação nacional com os outros Estados.

Saiu a Debate Sindical

"Falamos os sindicalistas constituintes". Com esta capa, começou a circular nesta semana o terceiro número da revista **Debate**



Falam os sindicalistas constituintes

Sindical. A batalha sindical-trabalhista no Congresso Nacional é o principal assunto da publicação, que traz entrevistas com deputados de vários partidos e relata a rica experiência da Constituinte de 46. Entre as várias matérias de interesse para o movimento sindical, a revista também aprofunda o estudo sobre a dívida externa e mostra a trajetória do peleguismo no país. O exemplar custa apenas Cz\$ 40,00. Os pedidos de cotas devem ser feitos aos CES (Centro de Estudos Sindicais), rua Major Que-dinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, fone: 37-7300.

CANAVIEIROS - SP

Greve: usineiros negociam

Os canavieiros da região de Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto, no Noroeste de São Paulo, retornaram ao trabalho após 11 dias de greve em 39 municípios. Foi o maior e mais bem organizado movimento reivindicatório dos cortadores de cana da região, quebrando a arrogância dos usineiros que se negavam a negociar com os trabalhadores. Apesar de não conseguirem uma diária de Cz\$ 200,00 (sua principal reivindicação), conquistaram Cz\$ 140, bem acima dos Cz\$ 101 propostos inicialmente pelos usineiros. O movimento iniciou-se dia 25 de maio com o comando de greve centralizado na cidade de Sertãozinho. A greve foi crescendo paulatinamente e no seu encerramento estavam parados cerca de 110 mil trabalhadores. José Carlos Gonçalves, assessor do Sindicato dos Trabalhadores dos Derivados de Petróleo e um ativo participante dos piquetes, comenta: "No primeiro dia em Sertãozinho foi formada uma comissão de greve com 26 pessoas, que no dia seguinte foi ampliada para 59 e no terceiro dia já era de 128. Uma grande parte desta comissão era formada por mulheres".

PRESEÇA DA MULHER

A cada ano vem crescendo a participação das mulheres nos movimentos reivindicatórios da área da cana. Sílvia, uma trabalhadora rural de Sertãozinho, 23 anos e desde os 14 anos cortando cana, um filho e grávida de seis meses, era uma das que levantavam às 3:30 horas para participar dos piquetes. Ela participou de todas as gre-



José Carlos: apoio aos grevistas

ves a partir de 1984 e seu marido foi demitido numa dessas paralisações e hoje é metalúrgico. Sílvia acha que "nenhuma mulher e nenhum homem deve desistir da luta. Nunca devemos abaixar a cabeça para o patrão". Dori, uma viúva de 40 anos, atuava num piquete em frente à Usina São Geraldo, em Sertãozinho, e explicava: "É dever dos pobres entrar nesta luta. Se todo mundo tivesse consciência a gente não precisava fazer piquetes porque eles ficavam em casa". Maria é uma outra ativa piqueteira: "Não é porque a gente é mulher que vai ficar fora da luta. Ficando lá em casa feito santo com as mãos abertas, os patrões não vão pôr dinheiro nas nossas mãos".

MAIOR ORGANIZAÇÃO

O nível de organização e conscientização dos cortadores de cana deu um salto de qualidade durante esta greve. Antônio Almeida Soares, popularmente conhecido por Tom, responsável pelo PC do B na área rural de São Paulo, participou dos 11 dias da paralisação na região. Ele comenta:

"Mais de 50% dos canavieiros foram sensíveis à necessidade de parar e nem iam aos pontos de ônibus. Até a turma dos 'mineiros' (migrantes de outros Estados que trabalham na época da safra), que nos outros anos foi acusada de furar a greve, este ano participou dos piquetes e das assembleias".

A partir de 1984, quando houve a revolta dos bóias-frias em Guariba, já estouraram três grandes greves na região. Neste período foram criados vários sindicatos e surgiu uma nova liderança forjada na luta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitangueiras foi criado nesta época e como resultado de seu trabalho, os 9 mil trabalhadores da cana aderiram totalmente à paralisação deste ano. Apenas 10% iam aos pontos dos ônibus e cerca de 800 trabalhadores participavam dos piquetes. As assembleias eram feitas com a presença de duas a três mil pessoas. Existia um grupo de 120 homens encarregado de ir à pé nos canaviais convencer aqueles que vinham de outros municípios para trabalhar e aderirem à greve.

Há vários anos os canavieiros vem brigando para conseguir que a cana cortada seja calculada por metro e não por tonelada, como é feito atualmente. Os patrões não aceitaram esta reivindicação. Segundo José Carlos Gonçalves, "o maior anseio dos trabalhadores é ter o ganho do corte da cana por metro porque existe um grande roubo na pesagem por tonelada. A cana é pesada na usina sem a presença do trabalhador ou qualquer representante seu".



A organização dos trabalhadores cresceu muito nesta greve. Houve piquetes com 800 pessoas

UPES vitoriosa em S.Paulo

Ao realizar seu 4º Congresso, entre 30 e 31 de Maio, em Piracicaba, interior de S. Paulo, a União Paulista de Estudantes Secundaristas - UPES - conseguiu a um só tempo reafirmar seu compromisso com as transformações progressistas de que o país necessita e renovar sua diretoria, afastando forças políticas que nos últimos meses assumiram postura governista e incorporando estudantes que se destacaram nas recentes lutas estudantis, em defesa do ensino público e contra os aumentos abusivos de mensalidades nas escolas particulares.

Alexandre Machado, estudante de 1º colegial eleito presidente, relatou **Tribuna Operária** que o Congresso encampou o abaixo-assinado que UPES e outras entidades do setor educacional circulam para que o Constituinte defenda o ensino público; e reforçou a necessidade de lutar pela democratização do acesso ao ensino, por currículos adaptados às necessidades do país e por eleições diretas para diretor. Além disso decidiu que a entidade se engajará na campanha pela suspensão do pagamento da dívida externa e por eleições para presidente logo após a Constituinte.

A ampla maioria alcançada pelos que defenderam estas posições descontentou apenas setores como o MR-8 e o PCB, que foram excluídos da diretoria da entidade por procurarem afastá-la de uma postura de oposição ao governo, e a Convergência Socialista, que insistindo em sua prática paralela procurou substituir a UPES por "comandos de mobilização".

"Unifor não é quartel!"

Os estudantes cearenses realizaram, no último dia 5 de junho, um protesto pelas principais ruas de Fortaleza defendendo a democracia e exigindo o fim da repressão que se abateu sobre os universitários da Unifor (Universidade de Fortaleza). Mais de 4 mil estudantes portando faixas pedindo ensino público e gratuito, suspensão do pagamento da dívida externa, levantaram a bandeira da exoneração do secretário da segurança pública: "Unifor não é quartel".

Em luta há mais de 30 dias contra o aumento de 170% nas mensalidades escolares, os estudantes exigem também uma auditoria nas finanças da universidade, pertencente ao maior grupo privado do Estado. Numa atitude arrogante o reitor se recusa a negociar e mandou chamar a polícia que feriu o princípio da autonomia universitária. Para intimidar os grevistas, a repressão prendeu três estudantes, entre eles o diretor da UNEC Robert Burns, que ficou rodando num camburão pela cidade por mais de 5 horas, sendo levado depois para a delegacia onde ficou despido junto com marginais comuns. O movimento não se intimidou e a greve continua.

Canavieiros em luta no RJ

A campanha salarial dos 30 mil canavieiros de Campos, no Rio de Janeiro, entra agora na sua fase decisiva. Os assalariados rurais reivindicam um piso de Cz\$ 4 mil, além de melhorias nas condições de trabalho. Segundo José Rodrigues Sales, recém-eleito presidente do sindicato local, os usineiros têm condições de atender as reivindicações. "O lucro deles subiu mais de 300% e nós só queremos que uma parte seja repassada ao trabalhador", afirma. Mas os usineiros não estão dispostos a ceder. A Usina Cambaiba, por exemplo, já contratou jagunços para intimidar a mobilização sindical. O prefeito do município, José Carlos Vieira Barbosa (PMDB), e o subdelegado regional do trabalho, Afonso Soares, vinculados aos latifundiários, também atuam no sentido de reprimir a luta dos trabalhadores. Enquanto isso, o sindicato, com 16 mil associados, prossegue a organização da campanha, realizando reuniões por usina e preparando a primeira grande assembleia.

(do correspondente)

Operários reabrem fábrica

Depois de ficarem três meses sem receber seus salários, os operários da Companhia Santa Matilde, na divisa dos estados do Rio e Minas, em greve desde o dia Dez de abril, conseguiram pressionar o BNDES para que fosse liberada parte da verba destinada pelo governo - cerca de Cz\$ 236 milhões - encerrando o movimento com o pagamento de parte dos atrasados. Nesta batalha os operários da Santa Matilde contaram com o apoio dos bancários do Banerj e do Banco do Brasil, além da participação ativa da população local, que contribuiu com dinheiro e alimentos durante o período de greve. Os partidos políticos e o Sindicato dos Metalúrgicos tiveram papel destacado, mas o que garantiu a vitória foi a organização dos metalúrgicos: criaram sua comissão de fábrica que negociou com a presidência da Companhia o repasse de parcela do capital da empresa em ações e participação nos lucros para os funcionários.

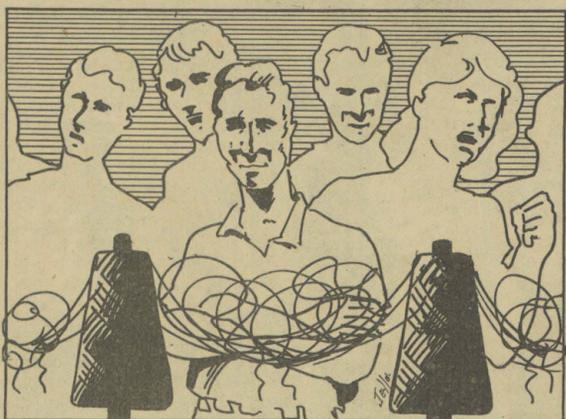
Em contrapartida, os trabalhadores voltaram ao trabalho empenhados em reerguer a indústria, junto com o sindicato dos metalúrgicos, os operários buscam apoio parlamentar e de massa a fim de que o governo continue liberando verbas via BNDES, agora para a compra de máquinas e insumos necessários ao trabalho e encomendas pendentes e a provisão para outros pedidos que não podem aguardar a empresa auto-suficiente.

(da sucursal)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A denúncia viva das arbitrariedades patronais, as reivindicações de nossa sofrida população, a opinião do leitor sobre os assuntos mais variados. *Fala o Povo* é o espaço reservado a você, leitor. Escreva para a rua Adoniran Barbosa, 53, CEP 01318, São Paulo - SP.



Vitória operária

De forma surpreendente e inesperada, os mais de 2.300 operários da Fábrica de Confeções Guadalajara, em Teresina, fizeram greve contra mudanças nos turnos de trabalho. Com o novo horário, os funcionários teriam que ficar até 10 horas seguidas dentro da fábrica, esperando a troca de turno.

A revolta foi geral. Foi feito abaixo-assinado rejeitando a idéia. Mas a direção da empresa mentiu, dizendo que foi a associação dos trabalhadores na fábrica que havia sugerido a mudança nos turnos! Em resposta, as lideranças dos trabalhadores decidiram parar o trabalho no primeiro dia de implantação do novo horário.

Nesse dia, a diretoria da associação, acompanhada de representantes da CGT, conclamou a todos para que cruzassem os braços. No mesmo instante, formaram-se numerosos piquetes. Os que já haviam entrado na fábrica, saíram, em apoio ao movimento. Em seguida, os 1.200 operários foram em passeata até a Delegacia Regional do Trabalho, percorrendo um caminho de mais de 7 km.

Na DRT uma comissão dos trabalhadores (formada pela diretoria da associação, repre-

sentantes da CGT, e da Federação dos Trabalhadores da Indústria) reuniu-se com a delegada do Trabalho, Maria José Castro Camalho, e mais dois diretores da fábrica. Fora da DRT, os operários realizavam ato público, recebendo apoio do deputado José Reis Júnior (PC do B), presidente do DCE, Francisco Galvão, e outras lideranças populares.

Após cinco horas de uma tensa reunião com os empresários, os operários conseguiram cancelar a mudança no horário de trabalho. A Fábrica Guadalajara, de João Claudino, é a maior fábrica de confeções do Piauí. As condições de trabalho e higiene são precárias. A alimentação é de péssima qualidade. O intervalo para refeição é de 30 minutos. Muitas mulheres chegam a desmaiar durante o trabalho, mas os médicos da empresa lhes dão estimulantes.

A perseguição às lideranças operárias é severa. Quando da organização da Associação dos Trabalhadores, há dois meses, os principais articuladores foram demitidos. Os diretores atuais da entidade, que lideraram a greve, são transferidos de setor, insolando-os do restante dos operários. (Amigos da T.O., Piauí)

Jequitinhonha quer escola

O Vale do Jequitinhonha, em sua imensidade (ocupa uma área superior à da Bélgica ou Holanda), apresenta um quadro realmente desolador também na área do ensino: a população até 14 anos representa 44,9% dos analfabetos. São crianças que, já aos dez anos, colocam sua força de trabalho à disposição da família na defesa do "ganha-pão". As escolas da zona rural (onde vivem 90% dos analfabetos) só atendem até o 3º ano primário, e as professoras municipais não recebem nem o salário mínimo.

As escassas escolas de 2º grau carecem de professores habilitados e deixam muito a desejar em termos qualitativos. A única escola de nível superior existe em Diamantina, cidade física e politicamente distanciada do resto do vale.

Justifica-se dessa forma a grande ressonância que o movimento pró-criação de

faculdades tem encontrado em toda a região. O movimento nasceu em Araçuaí, no seio do Vale, e além de encontrar estudantes adeptos nas cidades vizinhas, está sensibilizando amplos setores da população.

Conforme esclarece Lindaura Calho, integrante da coordenação do movimento em Araçuaí, "queremos que sejam proporcionados aos estudantes condições para o desenvolvimento real de suas potencialidades. O senhor Newton Cardoso comprometeu-se em atender nossas reivindicações. Agora procuramos cobrar que isto realmente seja efetivado".

Torna-se nítido o caráter da escola superior que se pretende: que o ensino seja público e gratuito, que tenha professores habilitados e que o currículo escolar seja voltado à realidade da região. (Amigos da T.O., no Vale do Jequitinhonha)

Sinditêxtil ameaçado

Durante 18 anos o Sindicato dos Têxteis da Bahia foi dominado por pessoas defensoras dos patrões. Ao assumirmos a entidade, em 1983, nos deparamos com muitas dívidas causadas pela antiga diretoria que, por ser comprometida com os patrões, arrasou a entidade para não permitir o avanço da categoria.

Mostrando-se inconformadas, essas pessoas, com a ajuda dos patrões, ajuizaram seis reclamações na Justiça do Trabalho pedindo indenização por tempo de serviço, sendo que cinco delas foram derrotadas. Porém, prevaleceu a reclamação do policial civil e vendedor de seguros sr. Jorge Carneiro Ramos, que alegou ter sido relações públicas do sindicato de 1974 a 1983, percebendo um salário inicial de 1 milhão de cruzeiros que, corrigido hoje, perfaz um total de 4.126 salários mínimos, podendo ser considerado como o salário do maior marajá do país.

Através de declarações fornecidas ao sindicato pelas companhias de seguros, conseguimos comprovar junto ao Tribunal Regional do Trabalho que o reclamante era funcionário desta no mesmo

período em que alega ter trabalhado para o sindicato. Mas o tribunal preferiu se nortear pelas falsas declarações das empresas têxteis Stella Azzurra, Celanese e Fisiba. O sindicato foi condenado a pagar a indenização de Cz\$ 9.571.102,92, o que resultou na penhora da sede e de todos os bens da entidade por falta de pagamento desta quantia. Isso implica para a categoria a paralisação das atividades de seu órgão de classe por pelo menos três anos.

Considerando que a entidade não tem por que nem com que pagar a indenização determinada pela justiça, a diretoria do Sinditêxtil definiu algumas medidas para impedir a concretização dessa injustiça, tais como: convocar assembléia para que a categoria se pronuncie sobre o assunto; solicitar audiência com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho; enviar telegramas às autoridades da área de trabalho, solicitando que revejam a questão; e acionar o departamento jurídico do sindicato para contestar a penhora.

(Maria Elizete de Souza, diretora do Sinditêxtil - BA)

Pressão Popular na Constituinte

A Constituinte, embora tenha sido eleita pelo povo, não está sendo observada e questionada pelo mesmo. Corremos o risco de que a nova Carta Magna seja mais um entulho autoritário; pois a maioria dos constituintes é de orientação conservadora, reacionária e entreguista. O povo inteiro precisa unir forças para que veja suas aspirações aprovadas. É preciso mobilizarmos-nos, colhendo assinaturas, exigindo o voto nos projetos que nos garantam mais liberdades. Tomando conhecimento de que algum constituinte visita nossa cidade, procurá-lo e

saber qual é seu posicionamento frente à Assembléia Constituinte

Foi pensando nisso que um grupo de cearenses progressistas organizaram a Plenária Constituinte, que se reúne semanalmente no Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza. Apesar da ausência de algumas agremiações políticas e da CNBB, a Plenária foi um sucesso, com políticos, sindicalistas e líderes populares expondo com seriedade seus pontos de vista.

(Carlos Paulino da Costa, Fortaleza - CE)



Repressão aos sem teto no ano do desabrigado

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), 87 é o ano internacional da habitação para os desabrigados, e para a organização caracteriza-se como desabrigado o cidadão que não dispõe de um teto digno, e que com isso vegeta nas favelas, cortiços e mocambos.

No mundo, hoje, existem 1,2 bilhão de pessoas (mais de 30% da população) que não possuem um teto digno. No Brasil, uma realidade sombria, são cerca de 55 milhões sem uma residência digna.

Para a ONU, são necessárias cerca de 3,4 milhões de casas

para eliminar o déficit habitacional do planeta, e passar a construir 550 mil casas por ano, para garantir teto às novas gerações.

Em nosso país, após o golpe de 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH). Mas, como afirmou um de seus ex-diretores, o general Gérson Pino, "o BNH somente dava lucros aos amigos e parentes dos diretores". O resultado é hoje o Brasil viver o clima de tensão, com invasões estourando nos grandes centros. E a Nova República, em vez de casa, oferece repressão às famílias sem teto. (Ademilson Cosme, Bahia)

REFORMULAÇÃO EDITORIAL

Informar e opinar

Reunidos em Botucatu, discutimos várias questões que poderiam enriquecer o debate sobre a nova T.O.

Muitas vezes, ao lermos a T.O., tomamos contato com duas ou mais matérias tratando do mesmo assunto. As informações poderiam ser publicadas numa só matéria. Achamos que o jornal pode combinar as duas formas de jornalismo - opinativo e informativo.

Muitos jargões devem ser eliminados, e devemos usar uma linguagem clara. Precisamos instalar, nas principais cidades, uma pessoa responsável por munir a redação com informações objetivas. O jornal poderia circular com uma ou mais matérias especiais, dando experiências de organização e luta de nosso povo, apresentando dados numéricos. Toda informação que pudermos passar por meio de gráficos claros, de fácil assimilação, não devemos fazê-lo de outra forma.

Na editoria internacional, a T.O. deve fornecer dados sobre os principais países que estão colocados no dia-a-dia pela imprensa, e apresentar, por exemplo, a taxa de mortalidade do país em questão, as organizações revolucionárias etc.

No noticiário político, devemos diminuir o número de fotografias de dirigentes conservadores. Deve-se dar importância às fotos em que o personagem está numa situação humilhante ou impubescível. Poderia ser aberto mais espaço para alguns Estados que têm peso maior na política.

No noticiário sindical, muitas

lutas importantes, por dissídio e outras reivindicações, devem servir de exemplo para os trabalhadores. Se a forma de luta for original, deve-se fazer um manual de organização, para ser utilizado pelos demais trabalhadores.

Achamos também que é muito importante o noticiário sobre ciência, cultura e esporte. Devemos mostrar as experiências alternativas dos grupos de músicas regionais, rock e popular.

As fotografias e charges não estão sendo satisfatórias. Deve-se publicar fotos com o máximo de clareza, que auxiliem na interpretação do fato noticiado. Temos também que ter maiores cuidados na hora em que estamos montando ou rodando o jornal, para que diminuam os defeitos gráficos. (Haroldo Amaral, Renato Prado, Renato Corulli, radialistas de Botucatu)



"Não gostei do formato"

Venho dizer-lhe que, quando estive em São Paulo, procurei a Tribuna Operária não em uma, mas em várias bancas e não encontrei. Por que?

Referente à T.O. nº 309 experimental, não gostei do novo formato. Prefiro o antigo. (Mauro Barrós, Patos - Paraíba)

SUGESTÕES DO RIO

- a) Republicar o "ABC do Socialismo" (editado em 1981);
- b) Usar como identificação do local da matéria o nome da cidade

ou Estado, ao invés de "da sucursal"

c) Fazer experiência por alguns números imprimindo em uma só cor;

d) Dar mais ênfase nos títulos e chamadas de capa;

e) Promover um seminário sobre o jornal para todos os responsáveis pelas sucursais (orientações básicas);

f) Utilizar tipologia de "corpo e família" diferentes para matérias da página de cultura.

Flagrantes Amorosos
Exposição de fotos de César Dintz, de 12 de junho a 12 de julho no Centro de Lazer Sesc Fábria Pompeia, rua Cláudia, 93, fone 864-8544

Tribuna Operária
Semana Nacional
Faca já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (82 edições)	Cz\$ 1.000,00
Anual popular (82 edições)	Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições)	Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições)	Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares)	US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo CEP: 01318

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel. ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Albráho 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatú: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Tribuna Operária
-Fone: 221-5444 - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 276 - CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000. andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 276 - CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Casias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, 5 - 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 349 - CEP 24000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Companhia - Post-Em e Telegráfica Paulista - Rua Lúcia Kane - 25 97 81 - Imprensa Ciu. Jorúris. Fone: 815-4999 - São Paulo

METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE

Uma nova alternativa

Enfrentando a atual diretoria, que partidizou o sindicato, e antigas direções, caracterizadas pelo imobilismo, a chapa 2 - "Novos Rumos" propõe uma nova prática sindical e cresce na categoria. À sua frente está Ênio Seabra, líder da greve histórica de 68.

De 6 a 10 de julho próximos se realizarão as eleições para o maior sindicato de Minas, que tem na sua base 65 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Estão em disputa três chapas. A chapa 1, da situação, agrega os setores mais estreitos da CUT. A 2, encabeçada por Ênio Seabra, líder da grande greve de 68, conta com o que existe de mais avançado na categoria. E a 3 é formada por antigos diretores do sindicato, derrotados em 84 após 15 anos de prática atrasada e imobilista.

As eleições se dão num momento em que os sinais de recessão já começam a surgir no setor. Segundo informações da diretoria da Mannesmann, uma das maiores siderúrgicas do Estado, "os pedidos em carteira já caíram 20%". Apesar da empresa ter trabalhado nos dois primeiros meses do ano a plena capacidade, ante a tendência de redução da demanda a direção decidiu não contratar nenhum funcionário ao longo de 87, nem mesmo para compensar as demissões de rotina, que nesses primeiros meses já chegam a 500, quase 5% dos empregados.

A insatisfação da categoria é grande com os baixos salários, a intransigência patronal e a incompetência da atual diretoria do sindicato. Um metalúrgico de Belo Horizonte e

Contagem chega ao fim do mês com um salário em torno de Cr\$ 2.000. Essa situação levou a maior parte da categoria a uma greve, no ano que passou, que teve como grande triunfo a paralisação da Mannesmann. Apesar da importância da mobilização, a condução equivocada da diretoria do sindicato, que a usou também para fazer campanha eleitoral de um diretor e um assessor que eram candidatos, impediu que houvesse vitórias. O aumento de 13% conquistado no final já tinha sido oferecido pelos patrões no início das negociações, e o desconto dos dias parados ainda hoje é motivo de revolta e desencanto dos metalúrgicos.

EXPECTATIVA FRUSTRADA

Quando a oposição ganhou, em 1984, criou-se uma grande expectativa. O sindicato estava há 15 anos com uma direção atrasada e imobilista. O golpe decisivo que a categoria recebeu foi a aplicação do decreto-lei 2.045, no primeiro semestre daquele ano, arrochando os salários. Refletindo o anseio de mudança que percorria o país, os metalúrgicos votaram expressivamente na oposição. A expectativa foi frustrada, no entanto, por uma gestão politicamente partidizada e incompetente nas questões sindicais. "Escreve muito papel mas faz pouco", costumam dizer os metalúrgicos.

As distorções na prática sindical se avolumaram. A Convergência Socialista passou a funcionar no prédio da Rua da Bahia onde estava instalada anteriormente a sede do sindicato, em Belo Horizonte.



Uma assembleia da greve de 86: a disposição para luta era grande, mas uma direção partidizada impediu a vitória.

O comitê eleitoral de dois candidatos do PT às eleições de 86 também. As assembleias da categoria são, em geral, coordenadas pelo assessor do sindicato, José Maria, dirigente daquele partido. Como decorrência, a ausência de democracia é grande. Na própria greve realizada em 86 não existia um comando.

O descaso e incompetência da atual diretoria com os interesses sindicais da categoria levaram a uma dura derrota. Em dezembro de 84 o IST deu ganho de causa à categoria para que recebesse a diferença salarial entre o decreto 2.045 e o 2.065. Apesar do recurso dos patrões, a decisão assegurou o recebimento, desde que o sindicato faça as reclamações no tri-

bunal. A atual diretoria só reclamou recentemente, e apenas contra 3 ou 4 empresas. Em consequência a grande maioria vem perdendo dinheiro. Quem ganhava 2 salários mínimos em dezembro de 83 perdeu até agora cerca de 24 mil cruzados.

OPOSIÇÃO PARA AJUDAR

Nesse quadro surge a chapa 2, "Novos Rumos", de oposição, com Ênio Seabra à frente. Ex-presidente do sindicato, afastado com a intervenção decretada pelos militares, Ênio reintegrou a categoria após dura luta na justiça. Preso e demitido da Mannesmann por

ter encabeçado a poderosa greve de 1968, em plena ditadura, lutou para readquirir a estabilidade, já que não era, na ocasião, optante do FGTS. Ganhou na justiça em 1981, mas a Mannesmann tentou impedir o seu retorno à fábrica, tentando acordo através de advogado. "Por nada abro mão de que seja assinada minha carteira. Este direito é inegociável", afirmou Ênio na ocasião.

Em carta dirigida aos metalúrgicos, o líder de 68 justifica sua trajetória: "Fui afastado dos metalúrgicos e da luta sindical pelos golpistas de 64, junto com muitos outros. Sempre briguei para retornar, porque sabia que quando estavamos sendo atingidos, a classe

operária também estava. Encabeço uma chapa de oposição. Se a atual diretoria estivesse acertando, isso não seria preciso. Trabalhador quando faz oposição não é para dividir, é para ajudar".

A possibilidade de uma real renovação no sindicato para enfrentar os graves problemas da categoria levou à organização da chapa 2, que conta com trabalhadores de 16 fábricas de Belo Horizonte e Contagem. "Para enfrentar a luta hoje é preciso mais que discurso. É preciso serenidade, experiência e competência, o que falta à atual direção de nosso sindicato". Esta é a avaliação de Milson, cipeiro da Belgo, candidato a vice-presidente.

(da sucursal)

CONEG DA UNE

O fracasso do divisionismo

Vítima de uma campanha divisionista que se prolonga desde que a atual diretoria foi eleita, e que era movida por forças que não se dispunham a acatar o resultado eleitoral, a União Nacional dos Estudantes - UNE - obteve através da realização de seu último Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), nos dias 6 e 7 deste mês em Campinas, interior de S. Paulo, as condições de que necessitava para superar as dificuldades e desempenhar o papel importante que lhe cabe na articulação das forças progressistas do país. Em votações sempre unânimes os 72 DCEs, UEEs e União Municipal de Estudantes presentes ao Conselho, dirigidos por correntes políticas diversas, decidiram pela convocação unitária de um novo Congresso da entidade em setembro, e tomaram importantes decisões em relação à conjuntura política do país.

Entrevistada pela **Tribuna Operária** logo após o Conselho, a presidenta da UNE, Gisela Mendonça, analisou os resultados da reunião, revelou como foi possível chegar a eles e comentou as perspectivas que se abrem para ações mais decididas por parte do movimento estudantil.

TO: Relate as principais resoluções adotadas pela UNE no Conselho.

Gisela: As entidades presentes ao Coneg concentraram sua atenção em dois pontos principais: a necessidade da intervenção política dos estudantes nos trabalhos da Constituinte e a convocação do próximo Congresso da UNE, para a qual era necessário derrotar as tendências divisionistas que ainda persistiam.

Em relação à Constituinte nós constatamos que o avanço da direita, visível na votação dos pareceres das subcomissões, só será enfrentado com a unidade das forças políticas progressistas, e que o movimento estudantil também pre-

cisa se empenhar na conquista desta unidade.

No que diz respeito aos temas mais especificamente ligados aos estudantes e ao ensino nós já estamos participando, e com destaque, de um comitê nacional em defesa do ensino público e gratuito, que reúne inúmeras entidades do setor.

Além disso, resolvemos enviar representantes de entidades estudantis a Brasília nos próximos dias 12 a 14 para acompanhar de perto as votações nas comissões temáticas, e estamos preparando caravanas de estudantes para a fase de votações em plenário, a partir do início de setembro.

Ainda quanto à situação nacional, o Coneg decidiu que a UNE se engajará numa campanha pela convocação de eleições presidenciais em 88, logo que termine a Constituinte. A diretoria começa a partir desta semana a entrar em contato com outras entidades populares importantes e com partidos políticos que também estejam dispostos a levar adiante esta proposta, porque nos entendemos que, ao lado de uma pressão mais decidida sobre a Constituinte, ela é uma das que apontam para uma saída progressista para a crise em que o país mergulhou.

TO: E com relação ao Congresso da UNE?

Gisela: Este foi o ponto mais importante do Coneg, o que atraiu maior atenção das entidades e também o que apresentou resultado mais favorável. Os DCEs aprovaram a realização do próximo Congresso em setembro. Também referendaram uma proposta feita por nós e que cria uma comissão integrada pela diretoria da UNE mais 10 entidades, que terá o papel de auxiliar na preparação do Congresso, articulando-se para garantir sua infra-estrutura, convocação e organização perfeita. É importante ressaltar que todas as propostas foram aprovadas por una-



nimidade, tendo participado da votação entidades dirigidas pelas mais diferentes forças políticas. Esse resultado representa na prática o reconhecimento da diretoria da UNE pelas forças que tentaram durante um ano dividir a entidade, mas que foram forçadas a se curvar diante de um setor que insistiu na unidade e que provou ser maioritário.

TO: De certa forma este resultado surpreendeu, inclusive porque os que se opõem à atual diretoria alardearam durante muito tempo que eram maioria, e que bastaria a convocação de um Coneg para que a direção da UNE fosse destituída e até destruída. Como foi possível chegar a isso?

Gisela: De fato a nossa gestão começou marcada pela tentativa de dividir o movimento estudantil. Foi o erro principal que essa tendência não surgiu com a nossa direção, ela já se esboçava antes através do boicote sistemático que algumas

forças faziam em relação a resoluções aprovadas em fóruns unitários. Quando o último Congresso da UNE decidiu-se pela realização de eleições diretas para a entidade, estas forças simplesmente perceberam que estava criada uma situação em que era possível tumultuar mais facilmente o processo eleitoral e então aprofundar a tentativa de divisão.

Eu entendo que um fator foi decisivo para derrotar esta tentativa. Logo no início da gestão nós percebemos que para firmar a diretoria e para garantir a própria unidade da UNE seria necessário ir diretamente às bases, passando por cima de quem pregava a divisão, inclusive nos Estados e nas Universidades onde eram mais fortes. Foi o esforço, que surgiu da necessidade de superar uma conjuntura adversa, acabou sendo positivo para a entidade, porque nós voltamos uma parte muito grande de nossas

ações para o incentivo e o acompanhamento das lutas estudantis. Só para citar dois exemplos, organizamos um grande seminário nacional sobre Constituinte em Brasília, com a presença de mais de 1.500 estudantes e agora estamos iniciando uma ampla campanha para que a Constituinte destine mais verbas para a educação e fortaleça a escola pública. Além disso, estamos promovendo um movimento contra os aumentos das escolas pagas como raramente houve nos últimos anos, com passeatas, invasões de campi e boicotes em centenas de escolas de vários estados.

Eu posso dizer com certeza que a disposição de ir à luta e de procurar o contato direto com os estudantes foi o que garantiu inclusive este resultado favorável no Coneg. Mesmo porque as resoluções que aprovamos só foram possíveis porque o setor que desde o início lutou pela unidade cresceu durante o

Gisela, presidenta da UNE: lutando para que os estudantes recuperem o poder de mobilização de outras épocas

ano e chegou à maioria no Conselho.

TO: De que forma você acha que o próximo Congresso pode contribuir para que o movimento estudantil recupere um papel de maior destaque nas lutas populares do país?

Gisela: Eu espero, em primeiro lugar, que ele tenha uma grande repercussão nas bases do movimento, que ajude no amadurecimento dos milhares de estudantes e das dezenas de lideranças que participaram de lutas importantes nos últimos meses e que precisam adquirir mais experiência, preparando-se para ações de maior envergadura. Isso é o principal.

Mas o Congresso pode servir também para ampliar o conjunto de forças presente na diretoria da UNE, um objetivo que perseguimos há muito. Eu quero deixar explícito que nós estamos dispostos à unidade com todos aqueles que sintam a necessidade de unir as forças progressistas para superar o momento difícil que o país atravessa e que ao mesmo tempo queiram contribuir para garantir a unidade do movimento estudantil. (entrevista concedida a Antônio Martins)